

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Edithe Oliveira Nogueira

**A CONSTRUÇÃO CIVIL E O DESENVOLVIMENTO
NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ – MA**

Taubaté – SP
2015

Edithe Oliveira Nogueira

**A CONSTRUÇÃO CIVIL E O DESENVOLVIMENTO
NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ – MA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira.

**Taubaté – SP
2015**

EDITHE OLIVEIRA NOGUEIRA

A CONSTRUÇÃO CIVIL E O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ – MA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Data: ____ / ____ / ____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof. Dr. Luiz Antonio Perrone Ferreira de Brito

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof.^a. Dr^a Mônica do Amaral Melhado

Centro Universitário Módulo

Assinatura: _____

Dedico esta dissertação carinhosamente ao meu filho neto João Marcelo Nogueira Barbosa, luz da minha vida.

Ao meu Mestre Jesus, que me acompanha sempre nesta caminhada e que releva todas as minhas falhas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela fé que tenho Nele.

À minha família que, com carinho e compreensão, sempre me incentivou e possibilitou a concretização deste trabalho. Em especial minha filha Mariana Oliveira Nogueira, pelas contribuições durante o curso das aulas do mestrado, e pelo inestimado apoio e força nos momentos em que mais precisei.

Ao meu orientador Prof. Dr. Edson Trajano Vieira, pela valorosa orientação técnica, por suas diretrizes seguras, que além de sua paciência, o incentivo constante, a quem presto minha homenagem especial.

Aos professores do curso, pelos conhecimentos compartilhados, em especial à Dr^a Mônica Franchi Carniello e Dr^a Elvira Aparecida Araújo de Oliveira, pelo apoio e contribuição técnica.

Aos professores Dr. Luiz Antonio Perrone Ferreira de Brito e Prof.^a Dr^a Mônica do Amaral Melhado, pela oportunidade e por suas inestimáveis contribuições na qualificação e finalização desse trabalho.

A Direção e aos coordenadores da Faculdade de Imperatriz – FACIMP, pela contribuição para que esse curso do mestrado fosse realizado e pela valorosa colaboração e incentivo constante.

Por fim obrigada a todos que de alguma forma puderam contribuir na construção deste trabalho.

“Você poderia tirar de mim as minhas fábricas, queimar os meus prédios, mas, se me der o meu pessoal, eu construirei, outra vez, todos os meus negócios”.

Henry Ford

RESUMO

A presente dissertação visa estudar a temática da construção civil e sua contribuição para o desenvolvimento no município de Imperatriz – MA. O trabalho é o principal instrumento para qualquer atividade e no decorrer dos anos, muito se admite a sua importância e necessidade nos processos da atividade de construção civil. Imperatriz que acumulou diversos ciclos econômicos, atualmente se projeta para um novo ciclo, o da construção civil, pois uma nova onda de investimentos tem aquecido a economia local, potencializando e projetando positivamente a cidade em nível nacional da economia. Por essa razão, a cidade apresenta crescimento da população em função do fluxo migratório de outras regiões, como trabalhadores do campo, que atualmente estão na cidade atraídos pelas expectativas de emprego na atividade da construção civil, ou em outras atividades que se instalaram na cidade. O trabalho tem o objetivo analisar o mercado de trabalho no setor de construção civil em Imperatriz - MA, comparando com os indicadores nacionais e estaduais, e sua contribuição para o processo de desenvolvimento regional. Dessa forma, a pesquisa pretende mostrar o desempenho da construção civil no Brasil após 2008, demonstrar a rotatividade dos empregados em relação às outras atividades, investigar o cenário nacional da construção civil, bem como as consequências regionais da aceleração do desenvolvimento e definir os fatores que possibilitam a ascensão da indústria da construção civil em Imperatriz – MA. Demonstrem-se, por meio da análise de documentos e registros em base de autarquias federais, estaduais e outros que registram quantificação de dados estatísticos para a composição deste estudo. A pesquisa se dá a partir da expansão de crescimento, no segmento da construção civil, que o município apresentou após 2008, com os incentivos dados na esfera federal, e o desenvolvimento com destaque para a geração de emprego e renda.

Palavras-chave: Planejamento e Desenvolvimento Regional. Construção Civil. Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

CIVIL CONSTRUCTION AND DEVELOPMENT IN THE EMPRESS OF IMPERATRIZ-MA

This thesis aims to study the issue of construction and its contribution to development in the city of Imperatriz - MA. Work is the main instrument for any activity and over the years, much has admitted its importance and necessity in the process of construction activity. Empress accumulated various economic cycles, currently designs for a new cycle, the construction, as a new wave of investment has heated the local economy, enhancing and positively projecting the city in the national economy. For this reason, the city has population growth due to migration from other regions, such as rural workers, who are currently in the city attracted by employment expectations in the construction activity, or other activities that have settled in the city. The study aims to analyze the labor market in the construction industry in Imperatriz - MA, compared to national and state indicators, and its contribution to regional development. Thus, the research aims to show the performance of the civil construction in Brazil after 2008, demonstrate the rotation of employees in relation to other activities, to investigate the national scene construction as well as the regional impact of accelerating development and define the factors that make possible the rise of the construction industry in Imperatriz - MA. It demonstrates, through the analysis of documents and records in base municipalities federal, state and others that record quantification of statistical data for the composition of this study. The research starts from the expansion of growth in the construction segment, the municipality introduced after 2008, with incentives given at the federal level, and development with emphasis on the generation of employment and income.

Keywords: Planning and Regional Development Construction. Labor Market.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIL	- Academia Imperatrizense de Letras
ABRAMAT	- Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção
ACII	- Associação Comercial e Industrial de Imperatriz
BNH	- Banco Nacional da Habitação
APU	Administração Pública
CAGED	- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEF	- Caixa Econômica Federal
CNPJ	- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CBIC	- Câmara Brasileira da Indústria da Construção
CRIs	- Certificados de Recebíveis Imobiliários
DHDE	- Demanda Habitacional Demográfica
DHDO	- Demanda Habitacional Domiciliar
DHT	- Demanda Habitacional Total
DIEESE	- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos
EDPH	- Estudo de Demanda Potencial por Habitação
IPT	- Instituto de Pesquisas Tecnológicas
FIEMA	- Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
FBCF	- Formação Bruta de Capital Fixo
FBCFcc	- Formação Bruta de Capital Fixo na Construção Civil
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
FGTS	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAFI	- Instituto Brasileiro de Estudos Financeiros e Imobiliários
IMESC	- Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LCIs	- Letras de Crédito Imobiliário
MPOG	- Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PAIC	- Pesquisa Anual da Indústria da Construção
PME	- Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNPS	- Política Nacional de Participação Social
PIB	- Produto Interno Bruto
PMCMV	- Programa Minha Casa Minha Vida
RAIS	- Relação Anual de Informações Sociais
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio a Empresas
SBPE	- Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos
SFH	- Sistema Financeiro Habitacional
SINDUSCON	- Sindicato da Indústria da Construção Civil
SNPS	- Sistema Nacional de Participação Social
TIPI	- Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados
VABpb	- Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Nº de empresas na construção civil, no Brasil, região nordeste e no estado do Maranhão - 2008/2013.....	22
Tabela 2 –	População de migrantes residente, por grandes regiões, segundo a naturalidade em relação à Unidade da Federação 2008/2012.....	37
Tabela 3 –	População do Maranhão em 2010 por região de nascimento.....	38
Tabela 4 –	População/área e densidade do MA.....	39
Tabela 5 –	Financiamento imobiliário com recursos do FGTS - Brasil (2008/2013).....	45
Tabela 6 –	Financiamento Imobiliário com Recursos da Poupança SBPE – Brasil (2018/2013).....	46
Tabela 7 –	Distribuição de faixa de renda e unidades construídas.....	48
Tabela 8 –	Distribuição de empreendimentos dos projetos do PAC (estado do MA e município de Imperatriz - MA).....	48
Tabela 9 –	Demanda habitacional por unidade da federação.....	50
Tabela 10 –	Evolução populacional de Imperatriz e Maranhão de 2008 a 2013.....	61
Tabela 11 –	PIB a preço de mercado corrente, percentual de participação no PIB, valores agregados a preços correntes, principais atividades. Ano de 2008/2013.....	65
Tabela 12 –	Evolução do emprego por setor de atividade econômica (Brasil – 2008 a 2013).....	68
Tabela 13 –	Evolução do emprego por setor de atividade econômica (Estado do Maranhão – 2008-2013).....	69
Tabela 14 –	Estoque do emprego, por setor de atividade econômica. (Imperatriz – 2008-2013).....	70
Tabela 15 –	Estoque de trabalhadores na construção civil, segundo os tipos de admissões no estado do Maranhão (2008 -2013.).....	73
Tabela 16 –	Evolução de empregos na construção civil em Imperatriz, estado do Maranhão, Região Nordeste e Brasil (2008–2013).....	74
Tabela 17 –	Remuneração salarial média no setor construção civil no estado do Maranhão - período 2008 a 2013. Em (%). MA.....	76
Tabela 18 –	Estoque de trabalhadores na construção civil, segundo o grau de instrução no Maranhão; Região Nordeste e Brasil. - período de 2008 2013.....	77
Tabela 19 –	Estoque de trabalhadores na construção civil, segundo o gênero, no Maranhão, Região Nordeste e Brasil – (2008 – 2013).....	79
Tabela 20 –	Rotatividade na construção civil, perfil do município de Imperatriz - MA (2008 - 2013).....	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Principais fluxos migratórios por grandes regiões do Brasil, de 1999 a 2004.....	35
Figura 2 –	Instrumento de democracia participativa SNPS.....	41
Figura 3 –	Mapa de localização de Imperatriz - MA.....	57
Figura 4 –	Mapa da Região Tocantina, sub-região do estado do Maranhão...	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Empresas ativas na construção civil, no Brasil - 2008/2013. (em mil) - 2008/2013.....	21
Gráfico 2 –	Evolução de empresas ativas na construção civil, no Brasil, região nordeste e no estado do Maranhão - 2008/2013. (em %) Composição da cadeia produtiva da construção por participação no PIB total da cadeia.....	22
Gráfico 3 –	PIB Brasil X PIB construção civil (Variação%) – 2008/2013.....	24
Gráfico 4 -	Participação do VABpb da construção civil no VABpb Brasil (%) e taxa real de crescimento da construção civil (a.a.).....	25
Gráfico 5 –	Participação dos investimentos em construção (FBCFcc) no total de investimentos (FBCF/PIB) (%).....	27
Gráfico 6 –	Valor adicionado a preços correntes, percentual de participação segundo setores do PIB (2008/2013).....	47
Gráfico 7 –	Crescimento da população de Imperatriz, estado do Maranhão e região nordeste de 2008 a 2013 (em%).....	62
Gráfico 8 -	Valor adicionado a preços correntes, percentual de participação segundo setores do PIB das principais atividades. (2008-2013)..	66
Gráfico 9 –	Estoque de empregos formais e evolução do índice de crescimento do estoque no Brasil. (2008 – 2013).....	69
Gráfico 10 -	Evolução do estoque de trabalhadores por índice % na construção civil - Brasil. 2008 a 2013.....	74
Gráfico 11 -	Taxa geométrica da evolução de empregos na construção civil em Imperatriz, estado do Maranhão, região nordeste e Brasil- 2008 a 2013. Em (%).....	75
Gráfico 12 -	Taxa geométrica da remuneração salarial média na construção civil no estado do Maranhão- 2008 a 2013. Em (%).....	77
Gráfico 13 –	Taxa geométrica da evolução de trabalhadores na construção civil, segundo o grau de instrução no Maranhão (2008 – 2013). Em (%).....	78
Gráfico 14 –	Taxa geométrica do Estoque de trabalhadores na construção civil, segundo o Gênero, no Maranhão, Região Nordeste e Brasil – (2008 – 2013) Em: (%).....	80

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema	15
1.2 Objetivos.....	15
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	15
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	15
1.3 Delimitação do estudo	16
1.4 Relevância do estudo	16
1.5 Organização do estudo.....	18
2. REVISÃO DA LITERATURA	19
2.1 Construção civil e desenvolvimento.....	19
2.2 Contextualização: a construção civil no Brasil.	31
2.3 Fluxos Migratórios dos operários entre regiões.....	34
2.4 As políticas públicas para a construção civil.....	39
3. MÉTODO	52
3.1 Tipo de pesquisa	52
3.2 Área de abrangência	54
3.3 Plano para coleta dos dados	54
3.4 Plano para análise de dados	54
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	56
4.1 Caracterização: área de estudo município Imperatriz–MA	56
4.2 O papel de Imperatriz como pólo de Desenvolvimento Regional	59
4.3 Mercado de trabalho na construção civil em Imperatriz–MA.	67
4.4 O trabalho na construção civil em Imperatriz.....	72
4.4.1 <i>Características dos profissionais de trabalho na construção civil</i>	75
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

1 INTRODUÇÃO

A construção civil é uma atividade econômica que agrega um conjunto de outras atividades e de fundamental importância pelo volume significativo que movimenta os recursos financeiros e geração de emprego e renda, colaborando para o crescimento econômico. (KIRCHNER, 2011, p.50)

Em 2008, foi influenciada pelo crescimento das obras públicas, infraestrutura e pelo aumento de 30,4% das operações de crédito direcionadas à habitação (IBGE, 2009). Entre os diversos ramos da economia, apresenta forte potencial na geração de empregos das camadas pobres da população, com isso detém potencial para elevar a taxa de crescimento do produto, do emprego e da renda a curto e médio prazo. Para tanto, importa que haja por parte do poder público, disposição em criar programas governamentais providos de incentivos que fomentem a produção de empreendimentos imobiliários, sejam de natureza pública ou privada para o desenvolvimento econômico do país.

Segundo o Sinduscon (2011), a indústria da construção civil é estratégica para o desenvolvimento do país por possuir elevado contingente de mão de obra empregado no setor, considerável participação no Produto Interno Bruto (PIB) da economia nacional e a diversidade de setores a ela interligada, além do exercício da sua atividade ser indispensável para criar a infraestrutura de que o Brasil tanto necessita.

Verifica-se que o crescimento na construção civil tende a alavancar o desenvolvimento de determinada região de diversas maneiras, influenciando assim, diretamente na qualidade de vida da população e na infraestrutura econômica do país. Além disso, os insumos dessa indústria contribuem para a produtividade de outros setores. Dessa forma, a demanda será elevada pelos mais variados tipos de produtos e serviços que serão utilizados pelo ramo de atividade em epígrafe.

Assim, o desempenho do setor de construção civil tem fomentado o crescimento econômico no Brasil com a participação do valor adicionado bruto na construção civil em 2013, com R\$ 221 milhões, e uma taxa real de crescimento em 1,6%, com impactos em melhores condições de habitação, na distribuição de renda, nos níveis educacionais, na saúde da população, enfim, um desenvolvimento com

crescimento econômico e social de acordo com o sistema de contas nacionais do IBGE/CBIC (2014).

No âmbito regional, o crescimento do setor de construção civil dependeu também da dinâmica econômica de cada município, mas de um modo geral, em todas as regiões brasileiras o setor apresentou bom desempenho após 2008, beneficiada, principalmente pelas políticas nacionais. Imperatriz no Maranhão foi uma dessas localidades que apresentou bom desempenho. Nos últimos anos, têm-se presenciado o crescimento da atividade de construção civil na cidade, onde vários bairros têm sido incluídos no zoneamento urbano, apresenta crescimento vertical e horizontalmente, com construções de edifícios comerciais e residenciais.

O fato é que com esse cenário, além do crescimento imobiliário provocando especulação pelos agentes imobiliários nos preços dos imóveis, vem também a necessidade contingencial da mão de obra e de serviços especializados não encontrados na região. Percebe-se com isso aplicação das políticas públicas, de projetos, aumento de renda e geração de empregos.

O setor da construção civil é responsável por envolver trabalhadores com características diferenciadas. Considerando a capacidade de absorção de grande contingente de mão de obra com exigência mínima no que diz respeito à formação, o que corrobora para a redução significativa nos níveis de desemprego, amenizando as situações de crises econômicas nas diversas regiões, leva-se a estudar sobre o trabalho na construção civil e o seu desenvolvimento na cidade de Imperatriz.

Com isso, o país passa por um processo migratório intensificando a demanda de novos trabalhadores entre regiões, ou do campo para a cidade, para serem admitidos na área da construção civil. Devido ao fluxo de obras com períodos curtos e a necessidade contingencial de operários utilizados no processo da construção, a alta rotatividade tem sido uma variável que interfere na construção civil.

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o emprego no Brasil apresentou um crescimento expressivo de 139,43% em 2010, seguidos pela evolução do mercado de trabalho na construção civil. Em números absolutos, o Brasil apresentou 44.068.355 postos de trabalho, em dezembro de 2010, quando se constatou que o desempenho de 2010 foi excepcional, registrando na construção civil 2.508.922 postos de trabalhos formais, na mesma época, configurando-se em um marco da recuperação do dinamismo setorial. (IBGE, 2013)

A escolha do tema em estudar a construção civil e o seu desenvolvimento em Imperatriz - MA, surgiu a partir da preocupação de verificar a dinâmica de aceleração do desenvolvimento da construção civil na cidade, assim como avaliar os impactos sociais e econômicos da mão de obra e os reflexos no mercado de trabalho..

A seguir as próximas sessões apresentam os procedimentos de metodologia aplicada para a pesquisa e os resultados observando as características da cidade de Imperatriz - MA, o papel de Imperatriz como polo de desenvolvimento regional demonstrando as questões setoriais relacionadas à construção aplicada na cidade, os desníveis intrarregionais, a importância do emprego na região, e o mercado de trabalho na construção civil de Imperatriz – MA, com sua conjuntura e características. Seguidamente, na última sessão demonstram-se conclusões de análise dos resultados com a pesquisa.

1.1 Problema

O crescimento econômico puxado pelo setor de construção civil nem sempre está acompanhado pelo desenvolvimento, pela melhoria na qualidade de vida das pessoas. Quais os impactos trazidos com a instalação de novas empresas de construção civil e suas influências para o desenvolvimento regional após 2008?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o mercado de trabalho no setor de construção civil em Imperatriz - MA, comparando com os indicadores nacionais e estaduais, e sua contribuição para o processo de desenvolvimento regional.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a. Apontar o desempenho da construção civil no Brasil após 2008.

- b. Demonstrar o estoque de empregos na construção civil em Imperatriz, no Maranhão, (2008/2013), comparando-os à sua evolução.
- c. Comparar o crescimento do emprego da Construção Civil a outras atividades no Estado do Maranhão.

1.3 Delimitação do estudo

Nesta pesquisa pretende-se estudar e analisar o crescimento do setor de construção civil em Imperatriz- MA. Assim, apurar as razões que têm elevado o crescimento da construção civil em Imperatriz – MA, a partir de 2008 com a expansão das atividades de construção civil após a crise econômica mundial e os incentivos promovidos pelo governo brasileiro.

1.4 Relevância do estudo

Esta pesquisa contribui para demonstrar que o crescimento da construção civil em Imperatriz - MA tem causado para a região, relevantes impactos no seu desenvolvimento econômico, oportunidades de emprego atraídas pela construção civil na região e pelas dezenas de outras empresas industriais, comerciais e de serviços que se instalam no município nos últimos anos.

A importância em tratar da dinâmica de aceleração do crescimento na construção civil em Imperatriz em relação a outros temas pode-se enumerá-las em relação à dimensão econômica do desenvolvimento:

- I. Imperatriz está localizada geograficamente, nas mediações da Rodovia Belém Brasília (BR-010), que segundo Negreiros (1996, p. 132), a construção da rodovia transformou Imperatriz no ponto de partida do crescimento econômico do município e no centro de operações para os trabalhos do lado norte e do lado sul da cidade por decisões políticas.
- II. Imperatriz apresenta-se como entreposto comercial e de serviços, no qual se abastecem mercados locais em um raio de 400 km, e dinamizada por um conjunto de cidades articuladas no contato dos Estados do Pará, Tocantins e

Maranhão, uma importante província econômica, registrado pelo portal da Prefeitura Municipal de Imperatriz-PMI, (2011).

- III. O município situa-se na área de influência de grandes projetos, como a mineração da Serra dos Carajás (Marabá/Parauapebas), a mineração do Igarapé Salobro (Marabá/Parauapebas), a Ferrovia Carajás/Itaqui, a Ferrovia Norte-Sul, as indústrias guzeiras (Açailândia), a indústria de celulose da Celmar (Cidelândia), que pela proximidade destes projetos, de algum modo condicionam seu desenvolvimento, conforme o portal da Prefeitura municipal de Imperatriz (2011).
- IV. Segundo Santos (2008, p. 536), as diversas forças de polarização se comportam no contexto dos municípios do sul do Maranhão, que engloba Imperatriz, despertou o interesse para a instalação das médias e grandes empresas comerciais que substituíram os pequenos comerciantes. De maneira que, desponta com dinamismo para futuras potencialidades em curto prazo, como: a produção de energia com a implantação da hidroelétrica de Estreito-MA, Serra Quebrada-MA, e celulose, com a instalação da fábrica da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz-MA.
- V. Ainda é um dos pólos que serve para passar as principais linhas de transmissão de energia elétrica do Maranhão e de outros estados brasileiros, servindo como canal de desenvolvimento.
- VI. Dessa forma, levar conscientização do potencial que tem Imperatriz, além de ser o principal pólo da região que aglutina o sudoeste do Maranhão e norte do Tocantins, que, sobretudo encontra-se no cruzamento das redes de infraestrutura de quatro eixos viários de fundamental importância na região: rodovia Belém-Brasília (BR-010), rodovia Transamazônica (BR-230), Estrada de Ferro Carajás e Ferrovia Norte-Sul.

Pressupõe-se que o posicionamento estratégico do município, que não tem utilidade somente ao estado, mas incluso todo o norte do país, os benefícios são inúmeros e satisfatórios através do seu desempenho no setor comercial, de prestação de serviços, com isso elevando o nível de investimentos, principalmente na construção civil, que por sua vez, na região tocantina; não há mão de obra suficiente.

A necessidade em analisar a construção civil no município de Imperatriz- MA, dá-se em relação à carência da mão de obra, o qual leva à migração de operários

oriundos das diversas regiões do país, e do campo para a cidade. Sendo a construção civil uma atividade que muito tem contribuído para o desenvolvimento regional em Imperatriz, influenciando a geração de empregos, faz-se necessário verificar a sua contribuição na economia da região e entender de que forma tem impulsionado seu desenvolvimento.

1.5 Organização do estudo

O presente trabalho está organizado nas seguintes seções:

- I. Na primeira seção apresenta-se a introdução, problema, objetivos, delimitação, relevância e organização do trabalho;
- II. Na segunda seção, com a finalidade de apresentar uma fundamentação teórica sobre o tema proposto, faz-se uma revisão de literatura sobre a realidade nacional da construção civil e seu desenvolvimento. Como também, contextualizar sobre a evolução da construção civil no Brasil por meio do fluxo migratório dos operários entre regiões e apontar as políticas públicas aplicadas no cenário da Construção Civil.
- III. Na terceira seção, os métodos a ser adotados na pesquisa e planos para coleta e análise de dados;
- IV. Na quarta seção, os resultados e discussão do papel de Imperatriz como polo de desenvolvimento regional, do mercado de trabalho na construção civil, com suas características e dimensão do trabalho na construção civil em Imperatriz- MA.
- V. Na última seção, seguem as considerações finais sobre os resultados analisados com a pesquisa, apontando as razões de crescimento da atividade e relacionando o desenvolvimento a partir da expansão do crescimento no município, destacando o mercado de trabalho com a geração de empregos e a qualidade desses. E por fim, as referências bibliográficas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Construção civil e desenvolvimento

O setor da construção civil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2014), pode ser definido como os diversos tipos de obras e/ou serviços realizados nas áreas de edificações residenciais, edificações comerciais, plantas industriais, rodovias, pontes e túneis, redes de distribuição de água, barragens e represas para geração de energia elétrica e instalações elétricas e de telecomunicações. O termo integra a construção civil através da execução de um projeto previamente elaborado, composto por várias etapas de um projeto arquitetônico ou de engenharia, da fundação ao acabamento.

Para Breitbach (2009, p.1), a indústria da construção civil impulsiona grande parte dos segmentos produtivos, por meio de sua diversificada demanda industrial ou, de forma indireta, pela geração de emprego e renda.

Segundo o Departamento Intersindical de estatística e estudos sócio econômico – Dieese (2012), desde o ano de 2004 o setor da construção civil registra taxa de crescimento, ocasionando ao Brasil melhorias do ambiente de negócios, e um cenário favorável de crescimento acima do ritmo do país.

Historicamente, tem sido um dos mais importantes setores da economia nacional, apontado pelo Dieese (2012) por suas características como grande empregador de mão de obra, elevada participação na formação bruta de capital fixo e na geração do Produto Interno Bruto. Além disso, trata-se de um setor que possui uma enorme capacidade de realização de investimentos, um grande potencial de criação de empregos (diretos e indiretos), da renda, do crédito, possui efeitos benéficos sobre a balança comercial e sobre o nível de inflação.

Como referência a Pesquisa Anual da Indústria da Construção – (PAIC/IBGE, 2012), as contas nacionais brasileiras e uma pesquisa de opinião junto às empresas, o Presidente da CBIC, Simão (2013, p.3), afirma que:

A construção brasileira retomou nos anos recentes o seu importante papel na receita do desenvolvimento. Após décadas de baixo investimento em infraestrutura e em habitação, o país reencontrou sua rota de progresso e, para isso, não poderia prescindir do nosso setor para a formação de capital e para a promoção de qualidade de vida da nossa população.

O macro setor da construção civil, de acordo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC (2012), tem grande importância no processo de desenvolvimento no país, pois representa, aproximadamente, 18,4% do PIB nacional, gera em média 12,1 milhões de empregos na economia, contribui com 68,4% dos investimentos totais do país, participa com 14,7% do total dos salários pagos na economia, possui baixo coeficiente de importação, só 10,5% dos insumos são importados e paga a carga tributária da ordem de 44,27% do seu PIB.

Segundo dados da CBIC (2012), diversos fatores diretamente relacionados à dinâmica do setor, tem influenciado positivamente com o crescimento da indústria de construção civil ao longo desse ano. Dentre estes: maior oferta de crédito imobiliário, financiamentos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, crescimento do emprego, crescimento da renda, incremento no consumo das famílias e a manutenção da desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI de diversos insumos da construção civil.

Conforme o Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados – Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego- MTE (2014), o crescimento do emprego da construção civil em 2012, foram de 148 mil trabalhadores em relação aos 1.316 mil postos de trabalho com carteira assinada, e segundo a Pesquisa Mensal de Emprego - PME, do IBGE (PAIC/2014) o crescimento da renda atingiu em 2012 um crescimento de 4,1% de rendimento médio real. O incremento no consumo das famílias, conforme indicadores do IBGE (2013); aumentou 3,2% no ano segundo o sistema de contas nacionais trimestrais.

A manutenção da desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI de diversos insumos da construção, conforme o Decreto nº 6.890, de 29.06.2009, que estabeleceu alteração de alíquotas “TIPI” dos produtos, e o Decreto nº 7.542, de 02.08.2011, que prorrogou até 31.12.2012 a redução ou isenção de alíquotas do IPI de diversos materiais de construção também foi um dos positivos fatores ao crescimento da construção civil. (BRASIL, 2011).

A taxa de entrada das empresas no mercado em 2013 foi de 18,3%, revelando um impacto significativo das entradas no estoque de empresas. Por atividade econômica, as maiores taxas de entrada foram observadas em construção civil, com 26,4% pontos percentuais, em 2013. (IBGE, 2013).

Entretanto, o desenvolvimento da atividade elevou o número de empresas constituídas para trabalhar com a construção civil, quer sejam diretamente ou

indiretamente, como empreiteiras dos subsetores do segmento, atendendo as demandas na mão de obra. Visto isto, o IBGE (2014), informa que em 2012, no Brasil, o universo de empresas atuantes no segmento, com 1 ou mais pessoas ocupadas na indústria da construção em 2008, com 57.102 mil empresas, e em 2012 abrangeu em torno de 104.338 mil empresas que ocuparam cerca de 2,8 milhões de pessoas.

Dessa forma, o número de empresas ativas no segmento da construção civil no Brasil, subiu de 57,1 mil em 2008, para 131,8 mil em 2013, de acordo o Gráfico 1. IBGE (2014).



Gráfico 1 - Empresas ativas na construção civil, no Brasil - 2008/2013. (em mil)

Fonte: RAIS/MTE (2008/2013)

Elaboração: Adaptação da autora

Considerando a região nordeste, as empresas ativas na construção civil em 2008 foram de 20,4 mil empresas para 37,1 mil empresas, apontando crescimento em todos os anos, e no estado do Maranhão, em 2008 com 1,2 mil empresas, para 2,3 mil empresas, com evolução crescente ano a ano, de acordo Tabela 1.

Tabela 1 – Nº de Empresas ativas na construção civil, no Brasil, região nordeste e no estado do Maranhão - 2008/2013 (em mil)

ANO	Brasil	Nordeste	Maranhão
2008	57.102	20.466	1.238
2009	63.735	22.719	1.409
2010	79.408	27.300	1.822
2011	92.735	31.069	1.956
2012	104.338	34.301	2.079
2013	131.883	37.124	2.294

Fonte: RAIS/MTE (2014)

Elaboração: Adaptação da autora

A evolução crescente das empresas de construção civil no mercado aponta um crescimento de 131,0% no período de 2008 a 2013, no Brasil, na região nordeste 81,4%, e no estado do Maranhão, no período 2008 a 2013, aponta taxa comparativa de 85,3%, destacados em pontos percentuais (%).

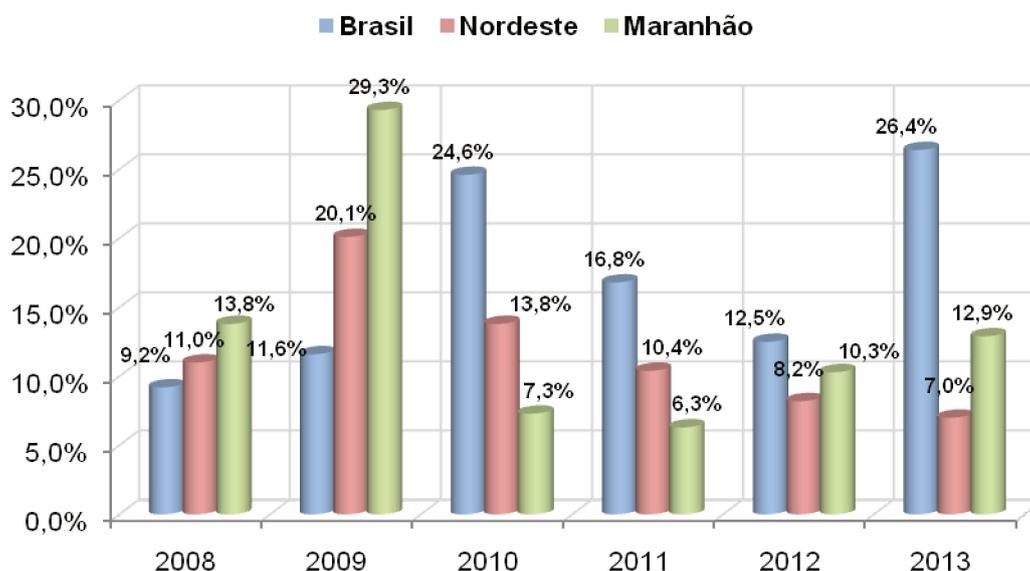


Gráfico 2 - Evolução de empresas ativas na construção civil, no Brasil, região nordeste e no estado do Maranhão - 2008/2013. (em %)

Fonte: RAIS/MTE (2014)

Elaboração: Adaptação da autora

Ao avaliar os resultados, ou seja, o crescente aumento do número de empresas e de trabalhadores na construção, a Pesquisa Anual da Indústria da Construção – PAIC considera que o gasto total com o pessoal ocupado em 2013 correspondeu a 32,5% do total dos custos e despesas das empresas de construção, e atingiu o valor de R\$ 90,5 bilhões, dos quais R\$ 60,3 bilhões foram em salários,

retiradas e outras remunerações. Ainda acrescenta que dos 887,7 mil empregos em novos empreendimentos no Brasil no ano de 2013, a maioria concentrou-se nos setores de construção, no total de 150,7 mil empregos. (IBGE, 2014).

Dessa forma, o crescimento da construção civil, a cada ano, foi inserido com grande importância na cadeia produtiva nacional, e com a formação de uma nova classe média. Nesse caso, o intenso crescimento do segmento incorporando desenvolvimento na região, Bezerra (2013, p.175) esclarece que, com isso:

As empresas incorporadoras costumam elaborar o planejamento dos empreendimentos imobiliários; negociam a compra de terrenos dos proprietários e assumem a responsabilidade pelos custos associados ao processo de incorporação, que envolve o custo de financiamento da construção. [...] Nos períodos de intenso crescimento, na fase de boom imobiliário, os níveis de preços dos imóveis e a disponibilidade de crédito podem fornecer estímulo para que as empresas da construção civil procedam à verticalização de suas atividades e operem no segmento de incorporação.

Discutido por Santos et al, (2012, p.49), as críticas ao modelo de desenvolvimento por meio do crescimento econômico, visto que, a economia não poderia ser vista como um sistema dissociado do mundo da natureza, pois não existem atividades produtivas sem elementos naturais. Era preciso deslocar a ênfase no crescimento contínuo para o compromisso com a natureza.

Nessa perspectiva, Santos et al, (2012, p.50), alertam que:

O conceito de desenvolvimento incorpora, além da preocupação com os aspectos ambientais, a idéia de alongamento do prazo do planejamento e, portanto, do horizonte de cálculo dos efeitos, sem romper com o modelo de desenvolvimento por crescimento.

Estudo setorial da construção civil apontado pelo Dieese (2013, p.7) que em 2012 foram investidos na cadeia produtiva da construção R\$ 349,4 bilhões, melhor desempenho alcançado nas últimas décadas. Em 2012, a cadeia produtiva da construção por participação (%) no PIB total da cadeia registrou no segmento construção 64,7%, na indústria de materiais 16,8%, no comércio de materiais 8,0%, nos serviços 6,5%, em máquinas e equipamentos 1,6% e em outros fornecedores 2,3%, conforme gráfico 3. (CBIC, 2013).

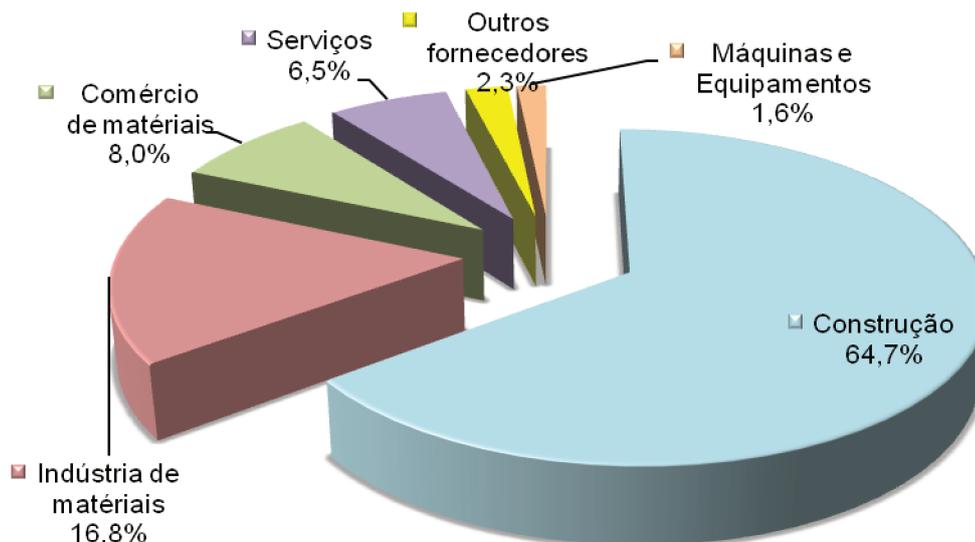


Gráfico 3 – Composição da cadeia produtiva da construção por participação no PIB total da cadeia.
Fonte: CBIC (2012)

Para Casarotto (2002, p.8), a cadeia da construção civil, pelo efeito multiplicador, ocupa o 4º lugar no *ranking* da economia nacional pela quantidade de atividades que intervêm em seu ciclo de produção, gerando consumo de bens e serviços de outros setores, e pela capacidade de geração de empregos. Nesse contexto, Cavalcanti (2004, p.11), justifica a cadeia de produção definindo:

É a chamada Cadeia Produtiva, definida como um conjunto de atividades que se articulam progressivamente desde os insumos básicos até o produto final, incluindo distribuição e comercialização, constituindo-se em elos de uma corrente. (CAVALCANTI, 2004, p.11).

Além de uma cadeia produtiva dinâmica e intensiva em mão de obra, observa-se que o setor possui grande relevância para a economia brasileira, por possuir expressiva participação no PIB e na taxa de investimento (FBCF) do país, desta forma, o setor vem gerando e distribuindo renda pela economia.

A melhor posição da cadeia de produção na construção civil trouxe desempenho do setor, na última década, alcançando em 2010 um crescimento do PIB Construção de 13,1% quando o PIB Brasil registrou nesse ano taxa de 7,6%. Conforme apresentado em estudos de estatística socioeconômicos de 2013, apenas o ano de 2009 o país passou por momento de retração no produto interno bruto, levado ao reflexo pós-crise 2008 no Brasil.

Assim, a expansão do PIB da construção civil em 2008, com 4,8% mostra uma variação paralela àquela do PIB brasileiro que havia registrado 5,0%. Em 2009 o setor seguiu mantendo uma taxa de crescimento superior a do país, de 7,5%, contra os -0,2% do nacional, e a partir de 2010 o segmento cresce no setor com 13,1% comparado ao 7,6% do PIB nacional. Em 2011, registra uma retração com 8,3%, comparados ao índice de 2010, porém superior ao PIB nacional de 3,9%. Em 2012, registrando 2,8% ante aos 1,8% do PIB Brasil, e em 2013 eleva esse índice para 4,7% ante ao registrado em 2012, e superior ao PIB Brasil que registrou 2,7%, exposto no gráfico 4. (IBGE, 2014).

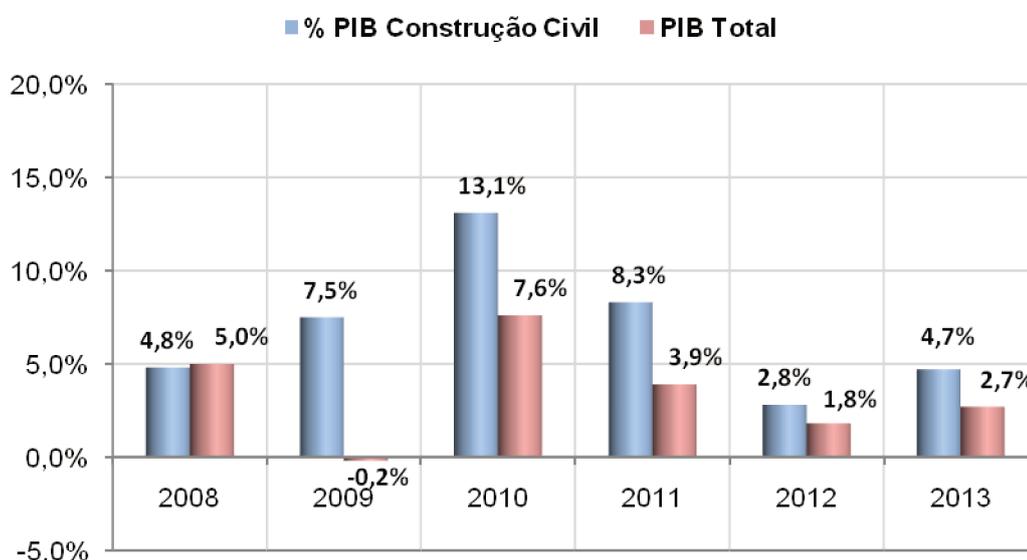


Gráfico 4 - PIB Brasil X PIB Construção Civil (Variação%) – 2008/2013

Fonte: IBGE (2014)

Elaboração: Adaptado pela autora

Entretanto, a desaceleração em 2012 e 2013 do PIB construção civil, pode ser explicada, em grande parte, pelo conjunto de medidas macro prudencial adotadas pelo governo no início de 2011 e o desaquecimento da economia mundial, que contribuíram para o menor crescimento da economia brasileira, repercutindo no setor da construção civil, ilustrada no gráfico 4, (DIEESE, 2013, p.7). Porém, apesar do resultado, durante 2013, o setor mostra uma reação com resultado positivo de contínua possibilidade de crescimento, haja vista recuperação de fatores que indica boas perspectivas para o setor da construção.

Cabe destacar que o período em que o setor de construção mais cresceu (2010 a 2011) coincide com os anos em que o valor adicionado mais se concentrou

no número de empresas crescentes de 79,4 mil empresas para 92,7 mil e, também, com os anos em que o crescimento da produtividade se torna mais intenso. Ainda assim, o Dieese (2013) anuncia que o indicador positivo destacou-se também para o aumento dos investimentos do governo em janeiro de 2013, de R\$ 9,6 bilhões, sendo que, destes, R\$ 5,7 bilhões foram desembolsos do PAC.

Entretanto, os índices positivos de PIB Construção, comparados ao PIB Brasil de 2008 a 2013, os estudos e pesquisas da Dieese (2013, p.7) esclarecem que durante esse período:

Este resultado decorreu de uma combinação de fatores: aumento do crédito, queda das taxas de juros, programas de investimentos públicos em infraestrutura, redução de impostos, aumento da renda dos ocupados e da massa de salários.

Segundo Castro (2012), os resultados conquistados nos últimos anos pelo setor da construção civil, estão funcionando como amortecedores para os impactos causados pela retração da economia brasileira, aliada a uma combinação de aumento de emprego e renda, crédito, recursos externos e demanda reprimida.

Segundo estudo publicado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC (2013), a construção civil tem crescido devido ao aumento do volume de investimentos públicos e privados em obras, e a ampliação dos gastos com máquinas e equipamentos, por meio da produção e importação desses bens, intensificando a atividade nos últimos anos.

Dessa forma, o segmento da construção em 2012, respondeu pela formação bruta de capital fixo na construção civil (FBCFcc), com R\$ 371,6 milhões, referente à sua participação significativa no total dos investimentos produtivos do país (FBCFcc/FBCF) passando de 36,3% em 2008, para 43,8% em 2012, sinalizando a evolução dos investimentos do país. Entretanto, a trajetória representada pela relação entre os investimentos da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o PIB, passou de 17,4%, em 2008, para 18,1%, em 2012, mantendo-se estável, conforme exposto no gráfico 5. (CBIC 2013).

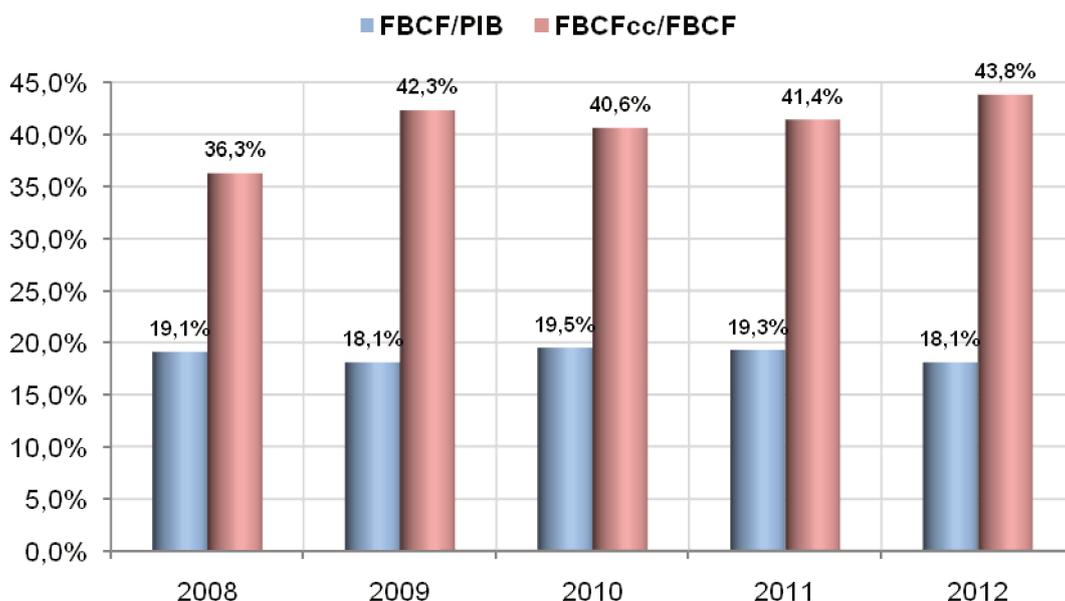


Gráfico 5 - Participação dos investimentos em construção (FBCF_{cc}) no total de investimentos (FBCF/PIB) (%)

Fonte: CBIC e IBGE (2013).

Elaboração: Adaptado pela autora

Entretanto, Singer (2004, p.2) entende que o desenvolvimento está ligado ao crescimento de determinado segmento econômico, de um lugar, ou até mesmo de um país e esclarece que este significa:

Um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma. (SINGER, 2004, p.2)

De acordo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC (2008), a construção civil atuante na expansão do crescimento, desenvolve projetos de inovação tecnológica para o seu desenvolvimento, com inovações da seguinte maneira:

- Inovações de produto: inovações no produto edifício ou em um ou mais de seus subsistemas, componentes ou materiais;
- Inovações de processo: inovações no processo de produção dos edifícios, que podem ser obtidas por meio de inovações em produtos intermediários, como tipos de subsistemas, componentes ou materiais que têm impacto no processo;

- Inovações organizacionais: inovações que afetam a organização das empresas do setor e seus processos não diretamente relacionados à produção, como implementação de *softwares*, criação de novos métodos para processos como planejamento, orçamento, projeto etc.;
- Inovações de *marketing*: inovações que se referem a novas formas de relacionamento com os clientes, promoção dos produtos, comunicação com o mercado. (CBIC, 2008)

Assim, a modernização dos processos produtivos e das inovações da organização no setor da construção civil fez surgir movimentos para superar deficiências no setor e acelerar investimentos para aplicação no aumento de produtividade, e com isso ocasionar desenvolvimento. Um exemplo disso foram os compromissos assumidos pelo Brasil para a realização da Copa do Mundo e ainda da Olimpíada, que envolveu através da construção civil numerosa expansão de desenvolvimento em vários segmentos por todo o país.

Ainda, sobre o desenvolvimento, Santos e Braga (2012, p.45), esclarecem sobre a evolução do significado dessa palavra desde sua origem. A primeira ideia que se pode ter é que desenvolvimento pressupõe crescimento a partir de um determinado *status quo*, e tem subjacente a ideia de progresso, também relatado por Santos (2012, p.46). O desenvolvimento é visto como a força motriz capaz de conduzir uma sociedade atrasada a uma sociedade avançada. Desenvolver é sinônimo de acumular para depois distribuir, esclarecendo assim o seu papel na sociedade contemporânea.

Assim, relata que, quando o desenvolvimento adquire o significado de autoconhecimento com o fim de implantar ações, nas quais se pressupunha a existência da motivação dos participantes, com a finalidade de por em movimento um processo de mudança que faça evoluir a sociedade para um estado superior, traz influência para a vida em sociedade.

Entretanto, Vieira e Santos (2013, p.11), conceitua o desenvolvimento no campo econômico:

Como um processo dinâmico, no qual a quantidade de bens e serviços produzidos por uma coletividade na unidade de tempo tende a crescer mais rapidamente que ela. O desenvolvimento ocorre de forma quantitativa e qualitativa. A efetivação do desenvolvimento representa um aumento da oferta de bens e serviços per capita, altera as técnicas produtivas, a distribuição do rendimento e o comportamento da mão de obra.

O desenvolvimento está condicionado às ações conjuntas de transformações nas formas de produção e nas forças que condicionam o perfil da procura, que é definida em função da renda. VIEIRA, SANTOS (2013, p.12).

Dessa forma, o crescimento sustentável da construção civil, essencialmente quanto à habitação para demanda populacional, gera efeitos positivos sobre a atividade econômica local, e contribui ao processo de desenvolvimento atraindo novos empreendimentos.

Na visão de Kroth (2006, p.36), considera o crescimento no setor da construção civil:

Um setor chave na economia, pois possui um grande efeito multiplicador sobre emprego e renda, isto é, o setor possui a capacidade de empregar grande montante de mão de obra, bem como demandar produtos e serviços de vários setores, conseguindo assim estimular a economia local.

A aceleração da atividade de construção civil mantém e amplia o número de empregos no setor com abertura de novos mercados de trabalho, e assim beneficiando o comércio de diversas maneiras: pelos gastos do setor do comércio local, pela demanda de materiais de construção, de móveis e eletrodomésticos, crescimento no mercado imobiliário, aumento da renda dos trabalhadores e outros. Outrora, confirmados os dados do mercado formal informados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 31/12/2013 a construção civil encerrou com 3,09 milhões de empregos formais no país, representando em 6,32% do total de postos de trabalho existentes alcançado em dezembro de 2013 o montante de 48,9 milhões de vínculos empregatícios ativos no Brasil, superior aos 47,5 milhões alcançados em dezembro de 2012, revelando assim um aumento dos rendimentos médios dos trabalhadores em 3,18%, percentual superior ao ocorrido em 2012, de 2,97%, passando de R\$ 2.195,78, em dezembro de 2012, para R\$ 2.265,71, em dezembro de 2013. (RAIS, 2013)

No entanto, além das características já citadas pela efetivação do setor da construção civil para o processo de crescimento e desenvolvimento econômico, os investimentos em infraestrutura, a inserção do mercado imobiliário, por ser este o centro das atividades relacionadas à construção civil, vêm também produzindo um significativo efeito multiplicador na economia.

De forma que, o crescimento através do mercado imobiliário, responsável pelas atividades de loteamento, compra, venda, locação, entre outras atividades da

construção civil, norteiam um novo cenário vivenciado na economia brasileira a partir da última década. (SILVA, 2012, p.6).

Vários fatores na demanda imobiliária influenciam o desenvolvimento, entre eles González (1993, p.7) cita:

A prosperidade geral do país, os movimentos da população em áreas com elevação do nível de emprego, melhores condições de transporte e evolução nos padrões de vida e trabalho da população.

Ademais, o desenvolvimento de uma região em função do mercado imobiliário muito cresce com a valorização nos preços dos imóveis, que através do estímulo ao crédito facilitando os financiamentos de imóveis residenciais e comerciais, fortalecem o crescimento no setor imobiliário, e tem provocado a especulação imobiliária.

Em termos gerais, Campos Filho (2001, p. 48), define especulação imobiliária, como sendo:

[...] uma forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infraestrutura e serviços urbanos. [...].

Dessa forma, com o desenvolvimento no setor da construção civil, imóveis que estão à espera de valorização, podem receber um elevado aumento de preço em função da abertura de novos loteamentos, e assim melhorar a localização com a distribuição coletiva de custos, ao mesmo tempo em que há uma apropriação privada dos lucros, provenientes dessas melhorias, provocando a especulação imobiliária.

No entanto, com todo desenvolvimento havido no setor, as grandes construtoras e incorporadoras que acumularam estoques de imóveis nos últimos anos, destaca Costa (2015), que estas tendem a apresentar dificuldades para redução dos seus estoques, e conseqüentemente problemas de fluxo de caixa. Outrossim, visto que o elevado número de produto acabado, coincidindo com o acréscimo dos preços dos imóveis torna-se especulativo, prejudicando dessa forma a evolução da construção no Brasil.

Afirma ainda que, com o aumento nos preços dos imóveis nas principais cidades do país, a construção civil atingiu um ponto de inflexão a partir do qual entrou em tendência acelerada ao estouro da bolha imobiliária, ocasionando

necessidade da reversão dos custos para nova precificação, de redução das inadimplências contratuais, para o desenvolvimento de novas aquisições de contratos imobiliários.

2.2 Contextualização: a construção civil no Brasil

A origem da construção civil no Brasil sempre esteve representada pela mão de obra, e a história relata que as primeiras casas construídas pelos colonizadores, tinham a mão de obra escrava e do próprio morador. Assim, Bazzo (2006, p.77), cita que:

E difícil estabelecer o início da atividade da engenharia no Brasil, mas podemos afirmar que ela efetivamente começou com as primeiras casas construídas pelos colonizadores que, naturalmente, hoje não seriam classificadas como obras de engenharia. Em seguida, ainda de forma muito rudimentar, vieram as primeiras obras de defesa, muros e fortins. Mas a engenharia, tal como na época era entendida, parece ter entrado no Brasil através das atividades dos oficiais-engenheiros e dos mestres construtores de edificações civis e religiosas.

A construção civil no Brasil foi se desenvolvendo década a década, e a partir de 1940, era do governo de Getúlio Vargas, deu o seu primeiro salto ao crescimento, considerada época do auge desta atividade. A respeito desse desenvolvimento, Bazzo (2006, p.3), enfatiza que:

A construção civil confunde-se com a evolução social, ou seja, o homem ao longo do tempo foi aumentando a capacidade do ser humano de dar forma a objetos naturais e a empregá-los para determinados fins, como por exemplo, para a fabricação de ferramentas e utensílios domésticos.

A historicidade da construção civil no Brasil também foi marcada pela criação do Banco Nacional da Habitação – BNH, órgão criado em 1964 pelo regime militar, e extinto em 1986, foi o responsável por uma política nacional da habitação, com o objetivo de dinamizar a economia e garantir o apoio político da massa desabrigada. Sua história registrou para a construção civil a produção de unidades habitacionais em larga escala, auxiliado pelo Sistema Financeiro Habitacional - SFH, criado em 1966, que captava recursos advindos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, registrando dessa forma a influência destes órgãos na expansão da construção civil no Brasil.

Entretanto, durante o regime militar, década de 1970, com a presença do Estado na tentativa para diminuir o déficit da moradia que foram acumulados pelo BNH, acontece a liberação de numerosos financiamentos no setor da construção civil, passando essa atividade a se vislumbrar no mercado na construção de grandes prédios comerciais e residenciais. Passada essa fase, em 1980, o Estado passa a diminuir os financiamentos, começa então haver um investimento do capital privado na construção, onde as empresas construtoras comercializavam suas próprias unidades, conforme Cardoso, (2011, p.3).

Na década seguinte, com o retorno do capital investido, as construtoras já observam melhorar a qualidade do produto e conquistar espaços maiores no mercado. Começa uma preocupação em qualificar a mão de obra das suas frentes de trabalho, pois hoje compreende que a construção civil rudimentar foi qualificada englobando a participação técnica de engenheiros e arquitetos em conjunto com outros profissionais das áreas de conhecimento.

A construção civil é um segmento da economia mundial que engloba a composição de uma série de atividades como: obras públicas, construção propriamente dita, incorporação e serviços, conforme relata Rezende (2009).

Esse processo das atividades da construção, Stepan (2006, p.122), analisa da seguinte forma:

O processo que envolve as atividades do setor da construção civil parte da indústria de transformação dos insumos e matérias-primas conduzidas por etapas autônomas e sucessíveis que são responsáveis pela fabricação de diversos tipos de produtos fundamentais para a conclusão de projetos de construção.

No entanto, no decorrer da sua história, a industrialização vai assumindo perspectivas de mudanças para o setor e inclinando a se fortalecer no setor social para priorizar alocação de recursos aos investimentos da área. Os papéis do Estado e os da iniciativa privada se revezam como investidores da construção civil como um reflexo das mudanças constantes de paradigmas que a política brasileira viveu no meio do século XX, afirma Cardoso (2011, p.2).

Entretanto, para Decca (1991), citado por Galvan (2012, p.4);

A industrialização contribuiu para a infra-estrutura urbana das cidades, melhorando os centros comerciais, administrativos e os bairros residenciais da classe alta. Salientando-se que, já nessa época, existiam os bairros industriais e operários, onde as ruas abrigavam as casas feitas em série, habitações pobres e coletivas, pequenas fábricas e comércios que possuíam sistema de água e esgoto deficiente.

Fato que a Câmara Brasileira da Indústria de Construção- CBIC/CEE (2003), alerta que o investimento na construção civil é indispensável para o Brasil estar sempre alcançando um novo ciclo de desenvolvimento, devido às particularidades do setor, como o baixo coeficiente de importação, o uso intensivo de mão de obra, inclusive absorve grande parcela de trabalhadores com baixo nível de qualificação formal.

Conforme projeções de cenários elaborados pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e a Associação Brasileira de Materiais de Construção- ABRAMAT (2007), o Serviço Brasileiro de Apoio a Empresas- SEBRAE divulga que, a cadeia produtiva da indústria da construção tem um papel central na dinâmica, sendo ao mesmo tempo, promotora da renda, do emprego, do investimento e da qualidade de vida. Alerta a FGV que o crescimento da classe média implicará em um perfil de demanda progressivamente qualificado, como reflexo dos progressos significativos da renda e do desenvolvimento humano.

Entretanto, Breitbach (2009, p.1), também evidencia a relevância deste setor, quanto à sua atividade e formação da cadeia produtiva:

A atividade da construção civil tem grande importância econômica não apenas pelo elevado volume de recursos financeiros que mobiliza e por seu forte efeito potencial gerador de empregos, mas também por sua capacidade de contribuir com o dinamismo de muitos segmentos industriais e de serviços. A cadeia produtiva da construção é formada por um grande número de gêneros industriais que aportam uma gama diversificada de insumos e serviços, durante as diversas etapas da produção de edificações. Assim, o dinamismo da construção civil é capaz de engendrar efeitos que se reproduzem - em diferentes intensidades – sobre o conjunto da economia, especialmente na indústria de transformação. (BREITBACH, 2009, p.1).

A evolução do segmento de construção civil no Brasil através do seu desenho tem melhorado muito a vida moderna nos grandes centros urbanos e transformado a vida da população das cidades de médio porte abarcadas por esta evolução.

Dessa forma, a construção civil constitui um importante setor para a economia, sendo responsável direto por parcela significativa e crescente de tudo o que é produzido, sendo, portanto a construção civil um setor que, a curto e médio prazo mais detém potencial para elevar a taxa de crescimento do produto, do emprego e da renda no país.

O momento atual da construção civil no Brasil traz motivação para os profissionais da área, tem sido um apoio de grande reflexão para estabilização da

economia, onde o mercado imobiliário nacional tem contribuído, fazendo com que o setor torne-se cada vez mais requisitado e demonstre o seu papel ao desenvolvimento econômico do país.

2.3 Fluxos migratórios dos operários entre regiões

Desde os tempos mais remotos, as populações deslocam-se de uma região para outra, ou do campo para a cidade, denominado de êxodo rural, à procura de locais em que possam encontrar melhores condições de vida. Trata-se de processo migratório entre regiões, e muita vez dá-se pela fragilidade econômica da região. Os fluxos migratórios fazem parte do processo de globalização.

Assim, Braga (2012, p.2), conceitua que:

Os movimentos migratórios podem se diferenciar segundo vários aspectos, dentre eles, o tempo de duração e o espaço de deslocamento, e podem ser migrações internas (nacionais) e externas (internacionais).

O fluxo migratório tem marcado o fenômeno das aglomerações urbanas que vem se intensificando marcando a cidade contemporânea, em termos populacionais. (OJIMA, HOGAN e GOLDEMBERG, 2010, p.76).

Conforme estudo do IPEA, os fluxos migratórios no Brasil foram mais intensos nas décadas de 1960 e 1970. Uma crescente demanda de mão de obra em regiões polarizadas atraiu nordestinos ao longo da história na década, conforme relato de Ojima (2014, p.155):

Muito se tem discutido a respeito das causas que propiciaram o deslocamento em massa dos nordestinos para outras regiões brasileiras, principalmente em períodos de forte desenvolvimento econômico nas áreas de destino, como a concentração de Brasília [...], e o processo de industrialização do Estado de São Paulo, na década de 1960.

É possível visualizar os principais fluxos migratórios por grandes regiões do Brasil, quer sejam inter-regional ou intra-regional, vai do período de 1999 até o ano de 2004, conforme figura 1, e após o ano de 2008, quando acresce ao segmento da construção civil no Brasil espaço para sua expansão.

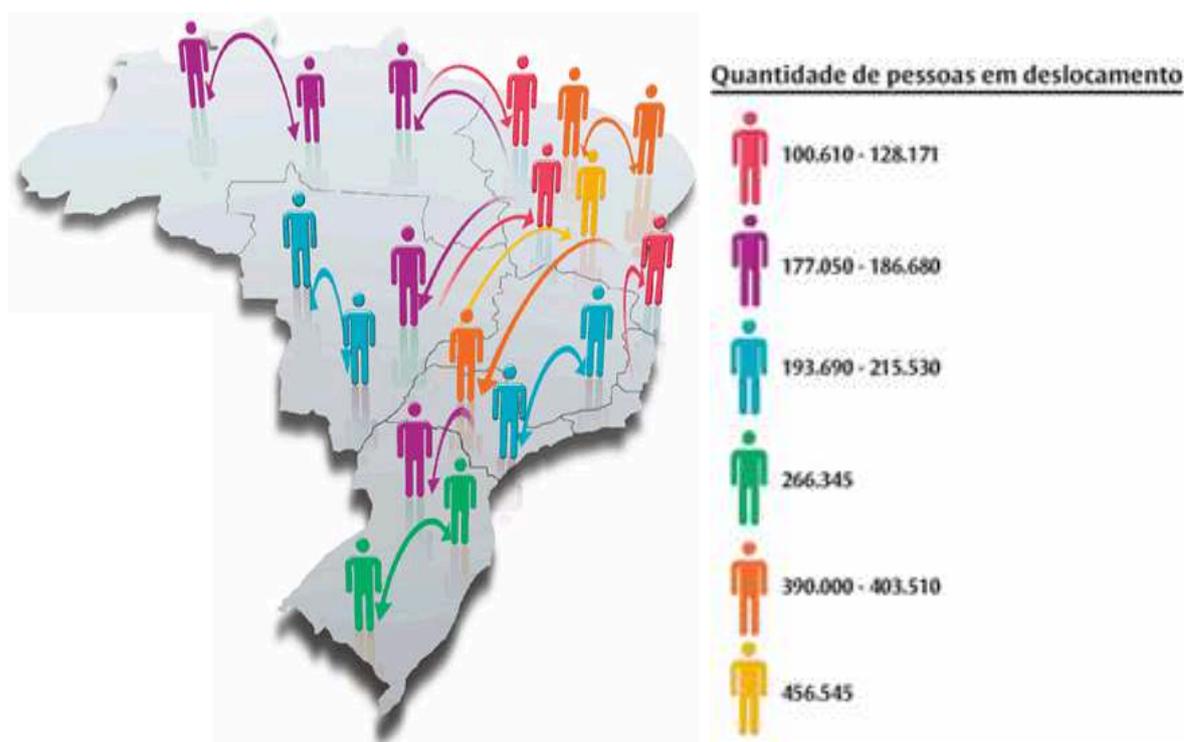


Figura 1: Principais fluxos migratórios por grandes regiões do Brasil, de 1999 a 2004

Fonte: IBGE, PNAD (2004)

Adaptado: Revista Escola (2010)

Fica evidenciado na figura que na região Sudeste, devido à concentração de indústrias e multinacionais é o principal alvo destes imigrantes, porém, este quadro explica também a busca por outros destinos devido às instalações de novas empresas em locais antes esquecidos. Isso faz com que a região Nordeste, em expansão no segmento dos serviços de construção seja rota na busca de profissionais como: engenheiros, técnicos de segurança do trabalho e outras áreas afins na construção civil.

Destaca-se quanto aos deslocamentos interestaduais, que a região Norte mantinha um volume crescente de imigrantes originários do Nordeste e de estados nortistas. Esse fenômeno se dissemina e passa a ser articulado como processo migratório associado ao desenvolvimento local de alguns polos regionais. (OJIMA, 2014, p.159).

Dessa forma, Ojima (2013, p.37), ainda esclarece que no Brasil:

a região nordeste é caracterizada tradicionalmente como o principal centro expulsor da população brasileira, aliados a condições e diversos fatores entre a esperança de vida, dinamismo econômico, entre outros. Afirma que estas migrações inserem-se em contexto amplo de transição urbana.

Porém, em alguns estados da região sul e sudeste a taxa de atratividade de migrantes está concentrada nas áreas metropolitanas.

Entretanto, ocorrem às migrações vistas ser a densidade demográfica de determinadas regiões, incompatível com uma economia competitiva, e assim; necessário se faz aplicação de políticas de incentivo para mobilização de contingentes populacionais em fluxos migratórios em torno de algumas localidades, de modo a polarizar o desenvolvimento econômico. (OJIMA, 2013, p.42).

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2012) nos relata que, o movimento migratório dos brasileiros se manteve estável em números absolutos nos últimos 10 anos, mas de acordo com o Censo 2010, a intensidade da migração reduziu em comparação com o último levantamento. Segundo os números divulgados pelo IBGE (2012), no período de 1995 a 2000, foi registrada a movimentação de 30,6 migrantes para cada mil habitantes no país. Já no período entre 2005 e 2010, foi constatada a taxa 26,3 migrantes para cada mil habitantes.

Verifica-se registrado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), que a circulação de migrantes ainda é muito grande: recentemente, 10 milhões de brasileiros (5,4% da população) se mudaram para outra localidade, principalmente de um lugar para outro na própria região.

Afirma Polato, (2012, p.2), que a todo o momento, pessoas deixam sua cidade de origem rumo a outras para permanecer, ou só morar por um determinado tempo. No entanto, houve mudança no perfil de quem sai; antes a família toda migrava, agora, quem deixa sua terra tende a ir sozinho. Problemas de moradia, oferta de emprego e violência contribuem para isso. E as intenções também mudaram: o emigrante de agora almeja ficar fora o tempo suficiente para ganhar um bom dinheiro.

Observem-se os fluxos populacionais (Brasil e regiões) de pessoas residentes naturais e não naturais da região. A população de migrantes no Brasil entre as grandes regiões, de 2008 a 2012, as regiões Nordeste e Sudeste destacam-se em números absolutos de pessoas, que levadas pelo aumento da procura de emprego apresentam maiores saldos migratórios se comparado com as demais regiões, conforme demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 – População de Migrantes residente, por Grandes Regiões, segundo a naturalidade em relação à Unidade da Federação 2008/2012

Naturalidade em relação à Unidade da Federação	População residente					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2008 / 2012 (Nº absolutos em 1.000 pessoas)						
Ano 2008 - Naturais da região	114.923	8.901	36.576	47.596	15.489	6.361
Ano 2008 - Não naturais da região	77.077	6.824	17.083	33.476	12.179	7.516
Ano 2012 - Naturais da região	120.932	10.189	38.136	49.711	15.844	7.052
Ano 2012 - Não naturais da região	78.757	6.600	17.340	34.265	12.788	7.764

Fonte: IBGE (2012)

Elaboração: Adaptado pela autora

Sobretudo, o processo de migração em tempos remotos foi influenciado, em grande medida, por motivos diversos, e passou por diversos ciclos econômicos.

A urbanização acelerada dos grandes centros provocados pela indústria, setor de serviços e de comércio, e, sobretudo pelo aumento da construção civil no Brasil tem oferecido oportunidades de emprego cada vez maiores à mão de obra não especializada e analfabeta. Com essa aceleração, os migrantes tiveram melhorias salariais e esperança de melhores condições de vida, o que em grande medida, o processo migratório foi motivado pelas desigualdades regionais.

No entanto, essa realidade pode variar de uma região para outra. O município de Imperatriz- MA, também teve o seu grande fluxo demográfico por migrantes na época da construção da Rodovia Belém Brasília (BR 010), de 1958/1960.

Aponta o Censo do IBGE, e registrado no Perfil Imperatriz-ACII, que em 1960, década que a cidade de Imperatriz recebeu muitos migrantes, dos 39.169 habitantes que possuía no município, 30.900 (78,8%) era maranhense não natural de Imperatriz. A migração nessa época, destes, 27.161 (69,4%) migrou de outros municípios do Estado, e os demais eram oriundos de outros estados da região Norte e Nordeste, eram assim liderados pelos piauienses, com 3.867 pessoas (9,8%); pelos cearenses, com 2.867 pessoas (7,3%); pelos paraibanos, com 314 pessoas (0,8%); pelos paraenses, com 262 pessoas (0,7%); e os rio grandense-norte, com 195 pessoas (0,5%), e ainda apenas 08 (oito) estrangeiros.

O que se estabeleceu na cidade de Imperatriz na década de 60, de acordo com Noleto (2002, p.113-114), relata que:

Foi então que começou a ocorrer o desenvolvimento urbano a par do crescimento acelerado da cidade. Edificações de melhor padrão arquitetônico começaram a surgir rapidamente. Outras eram reformadas para garantir aos moradores condições de conforto e segurança. A instalação de grupos geradores em 1971, trazendo energia elétrica às residências e ruas da cidade, [...] em seguida o telefone DDD e em 1975, o sinal de televisão, [...] tudo isso certamente favorecendo a vida cultural que ajudou a fixar a população e consolidar a cidade moderna que é Imperatriz hoje.

Verificada na década de 1970 pelo IBGE, a população passa para 56.639 pessoas, e já recebendo migrantes das regiões Sul e Sudeste, quando a cidade já em franca expansão dos seus ciclos econômicos e experimentando seu maior crescimento, tanto econômico quanto populacional, passa a atrair técnicos e mão de obra das mais diversas regiões do país.

Essa fase migratória em Imperatriz - MA continuou se estendendo até a década de 1980, que após o seu secular isolamento terrestre, conforme Franklin (2011, p.87), relata a sua história:

A cidade através da falta de exploração de suas “abundantes terras devolutas” transforma o campo que possuía diminuto desenvolvimento agrícola no município em espaços urbanos, qual sofria a demanda para abertura de novas ruas e espaços públicos, mudando definitivamente a condição perdida do sertão maranhense para tornar-se, em 20 anos, o principal pólo econômico regional.

Quanto ao fluxo migratório no estado do Maranhão, conforme censo do IBGE em 2010, contava com uma população de 6.574.789 pessoas, dos quais registrava pessoas migrantes de todas as regiões do país, e apenas 6.390.875 são pessoas residentes nascidas da própria região, sendo que os migrantes, em número de 183.914 pessoas de outras regiões, cabendo maior parcela de 48,52% da região Norte, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – População do Maranhão em 2010 por região de nascimento

População residente por lugar de nascimento	Pessoas
Região Norte	89.246
Região Nordeste	6.390.875
Região Sudeste	39.045
Região Sul	8.743
Região Centro-Oeste	28.052
Brasil sem especificação	17.280
TOTAL	6.574.789

Fonte: Censo IBGE 2010.
Adaptado pela autora

No entanto, de meados da última década até 2014, o estado desperta o seu novo fluxo de migrantes, recebendo atualmente pessoas de todas as regiões do país. Com isso, o estado teve uma população estimada em 2014 em 6.850.884 pessoas, com um aumento de 276.095, conforme descritos na Tabela 4.

Tabela 4 – População/Área e Densidade do Estado do Maranhão

População/Área/Densidade	Estado do MA	Imperatriz- MA
População estimada em 2014	6.850.884	252.320
População em 2010	6.574.789	247.505
Área (Km ²)	331.937,450	1.368,987
Densidade demográfica (hab/Km ²)	19,81	180,79

Fonte: Censo IBGE – (2013)

Elaboração: própria autora

Entretanto, o município de Imperatriz, segunda maior cidade do estado, que registrou em 2010 uma população de 247.505 pessoas, em 2013 registrou 251.468 habitantes, e em 2014 foi estimada pelo censo IBGE uma população de 252.320 habitantes, levados pelo crescimento da construção civil e a expansão econômica da região.

2.4 As políticas públicas para a construção civil

As políticas constituem um conjunto de ação formal ou não de governo, que é a instância que detém o poder necessário à resolução de problemas no seio da sociedade. As políticas públicas, por sua vez têm por finalidade a solução de conflitos surgidos a partir de demandas sociais por bens públicos, de forma pacífica.

Confirma-se a importância das políticas públicas como forma de lutar pelo direito à saúde e efetivar esse direito de cada cidadão brasileiro.

Com esse propósito, Pereira (1996, p.30) define políticas públicas como sendo:

Uma linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei. São mediante as políticas públicas que são distribuídas ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual. Embora as políticas públicas sejam de competência do estado, não representam decisões autoritárias do Governo para a sociedade, mas envolvem relações de reciprocidade e antagonismo entre estas duas esferas.

Teixeira (1997, p.43) presta significativa contribuição à conceituação de políticas públicas, ao defini-las como: conjunto de diretrizes e referências ético - legais adotados pelo estado para enfrentar um problema que a sociedade lhe apresenta.

Ressalta-se que as políticas sociais são ações que devem se voltar à sociedade. Tais políticas só apresentam algum sentido se quem as utiliza acredita que deve influenciar em realidades concretas e que precisam ser modificadas.

Trata-se de uma política de ação que visa, mediante esforços organizados, atender as necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e requer decisões coletivas.

Os direitos sociais podem ser compreendidos como enunciadores da relação entre o Estado e a Sociedade, vinculados ao projeto de Estado Social, numa tentativa de enfrentamento da questão social, incorporando-se às conquistas dos direitos civis e políticos. (COUTO, 2004, p.33).

O mesmo autor ainda enfatiza que as políticas sociais constituem um subconjunto de um conjunto que denominamos de políticas públicas. Em outras palavras, toda a política social é uma política pública, mas nem toda a política pública é uma política social.

São vários os instrumentos para democracia participativa com destaque para o conselho de políticas públicas, isto é, instâncias colegiadas permanente, permitindo diálogo entre governo e sociedade civil e participação decisória e na gestão de políticas públicas. E a comissão de políticas públicas criada para objetivos específicos, com prazo de funcionamento vinculado ao cumprimento de seus objetivos.

Para isso, demonstra-se os instrumentos que devem ser transitados junto ao Sistema Nacional para definir os critérios da política pública social e da sua aplicação com plena transparência, de acordo figura 2.



Figura 2 – Instrumentos de democracia participativa no SNPS
Fonte e Elaboração: Observatório da Sociedade Civil (2014).

As políticas públicas, com a expansão da democracia, têm afirmado as responsabilidades do Estado em promover o bem estar da sociedade. Para tanto, Lopes e Amaral (2008, p.5), afirmam que o Estado necessita desenvolver uma série de ações e atuar diretamente em diferentes áreas, para atingir resultados.

Para isso, segundo Lopes e Amaral (2008, p.5), os governos se utilizam das políticas públicas que podem ser definidas da seguinte forma: (...) políticas públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade (...).

Dessa forma, afirma-se que as metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público representa as demandas ou expectativas da sociedade na totalidade das ações através das políticas públicas.

Nesta visão de que tais políticas constituem instrumentos da ação governamental, que assegura Bucci, (2002, p.241) são programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.

Nessa trilha, o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (2014) define que são Políticas Públicas:

- Diretrizes (regras, princípios, procedimentos) que norteiam a ação do poder público nas questões públicas (da sociedade como um todo);
- São explicitadas em LEIS, PROGRAMAS, LINHAS DE FINANCIAMENTO que orientam um conjunto de ações e a aplicação de recursos públicos;
- São materializadas num CONJUNTO DE AÇÕES que devem ser desenvolvidas pelo município, estado e união para atender necessidades básicas da sociedade, com os bens e serviços que garantam uma vida digna; Para atender os objetivos estabelecidos pela Constituição Federal, as políticas públicas são criadas e implementadas na busca do desenvolvimento social, econômico e político, conforme o Ministério do Trabalho e Emprego (2014) para:
 - Promoção do desenvolvimento econômico (promover a reprodução e acumulação de capital na esfera produtiva);
 - Compensar desajustes sociais criados por ações do Estado e do capital;
 - Ampliar e efetivar direitos de cidadania que são conquistados nas lutas sociais;
 - Responder a demandas (necessidades) dos setores da sociedade considerados como mais vulneráveis;
 - Regular conflito entre atores sociais (conflitos de interesses de classes e grupos).

Considerando os objetivos em dar resposta aos setores da sociedade, atendendo às necessidades mais vulneráveis desta, atualmente o setor da construção civil como área industrial relevante para o crescimento do país, tanto no âmbito econômico quanto social, importa que haja por parte do Poder Público, disposição para as demandas das políticas públicas, isto é, em criar programas governamentais providos de incentivos que fomentem a produção de empreendimentos imobiliários, sejam de natureza pública ou privada.

Verifica-se que o crescimento na construção civil tende a alavancar o desenvolvimento de determinada região de diversas maneiras e tendo em vista que o crescimento provoca demanda pelos mais variados tipos de produtos e serviços que serão utilizados pela atividade. É necessária a implantação de verbas das políticas públicas para que a região subsidie o seu desenvolvimento não somente econômico, mas social e político. No entanto, em torno do tema das políticas públicas há uma pluralização de pensamentos, conforme afirma Theodoulou (1995),

a única coisa que todos os autores concordam sobre a política pública é que a mesma afeta profundamente a vida cotidiana de cada indivíduo na sociedade.

Dessa forma, demandas por políticas públicas são reivindicações da sociedade dirigidas ao poder público, que Rua, (1998, p.2) define que podem ser reivindicações de bens e serviços, como saúde, educação, estradas ou demandas de participação no sistema político, como reconhecimento do direito de voto dos analfabetos.

Acrescenta-se ainda que, grupos diversos da comunidade busca garantir os seus interesses, pois são direitos adquiridos que tentam se conquistar através das políticas públicas. Igualmente, há uma competição por essas demandas, que não significa que estas serão atendidas, pois cabe ao requisitante das políticas públicas compreenderem e selecioná-las para que as reivindicações sejam reconhecidas e que desperte a atenção das autoridades do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário para ganhar força e ser repassada à sociedade.

Foi criado pelo Governo Federal, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010) de acordo o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG, um plano denominado de Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energético do país.

O programa tem como um dos pilares, a desoneração de tributos para incentivar mais investimentos no Brasil, e nesse sentido o referido Ministério esclarece que:

O PAC prevê a redução de tributos, contempla também medidas fiscais de longo prazo [...], fundamentais para garantir o equilíbrio dos gastos públicos. Promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. (MPOG, 2007)

No entanto, o Programa de aceleração foi renovado e replanejado em 2010, com o subprograma Brasil Maior, que levados pela experiência do primeiro programa aprimoraram-se mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.

Em sua segunda fase, o programa inicialmente citado, que foi convertido na Lei nº. 12.424, de 16 de junho de 2011, estabeleceu novas diretrizes e metas para o

programa habitacional. Pois conforme citado na própria Lei, ele tem como meta principal o financiamento da construção de moradias, dinamizando o setor da construção civil e geração de trabalho e renda, minimizar o deficit habitacional, promover a inclusão social, conforme se observa no art. 3º da referida Lei:

Art. 3º- Para a indicação dos beneficiários do PMCMV, deverão ser observados os seguintes requisitos:

I - comprovação de que o interessado integra família com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais);

II - faixas de renda definidas pelo Poder Executivo federal para cada uma das modalidades de operações;

III - prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;

IV - prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e

V - prioridade de atendimento às famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

Nos últimos anos, além da poupança, novas fontes de captação de recursos para financiamento imobiliário, ganharam espaço. Dessa forma, a capacidade dos agentes públicos e privados em desenvolver instrumentos a longo prazo, de financiamentos imobiliários, ou através das políticas públicas para aquisição de imóveis pelas famílias vem a crescer o mercado imobiliário brasileiro.

Conforme Vedrossi (2002) sobre o desenvolvimento do mercado aponta que:

O imóvel é um bem de valor expressivo em relação a outros bens adquiridos pelas famílias, o que faz com que a adequação de produção imobiliária à capacidade de poupança do adquirente seja difícil, ou seja, um número reduzido de famílias teria condições de acumular uma poupança suficiente de adquirir um imóvel.

Logo, para adequar o valor das prestações à renda familiar, é importante que as fontes de recursos destinadas aos financiamentos imobiliários sejam de longo prazo.

O Instituto Brasileiro de Estudos Financeiros e Imobiliários – IBRAFI (2014), esclarece que de 2008 a 2013, quase dobrou a participação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no *funding* imobiliário, assim como os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), e as Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) triplicaram sua fatia para aquisição de imóveis acumulados em estoque.

O Sistema Financeiro Habitacional (SFH), não atuando mais como sistema único, é a principal fonte de financiamento para investimentos em habitação, com linhas de crédito para a população de baixa renda – com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – e para a classe média com recursos da poupança do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE).

Nos financiamentos com recursos do FGTS para habitação, os valores contratados cresceram 282,0% de 2008 com R\$ 10,5 bilhões para 2013 com R\$ 40,1 bilhões. Quanto ao número de unidades adquiridas, houve aumento de 72,3%, considerando-se 285,4 mil unidades para 491,8 mil unidades, o crescimento foi de 72,3%, conforme Tabela 5. (CBIC, 2014)

Tabela 5 – Financiamento imobiliário com recursos do FGTS – Habitação
(valores em R\$ bilhões)- 2008/2013

Descrição	2008	2009	2010	2011	2012	2013	%
Quantidade de Operações	198.267	238.844	273.415	265.651	240.779	270.937	*
Valores Contratados- (R\$ bilhões)	10,5	15,8	27,6	34,2	35,9	40,1	282,0
Número de Unidades (em mil)	285,4	396,3	665,8	549,6	515,3	491,8	72,3

Fonte: CBIC (2014)

Elaboração: Adaptação da autora

O maior aporte em número de unidades dos financiamentos imobiliários entre o período pesquisado aconteceu em 2010, com os recursos do FGTS e da poupança para habitação, foram de pouco mais de um milhão de unidades populares financiadas, atribuíveis dos programas de políticas públicas na construção. Os valores contratados nos financiamentos com recursos do FGTS, e da poupança SBPE, para habitação, juntos acumulou em 2010 aumentos expressivo de 106,0%, com crescimento de 85,8% da quantidade de unidades adquiridas, em relação ao ano de 2008, conforme tabelas 5 e 6.

Por meio da Poupança SBPE, (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), em 2008 os financiamentos imobiliários para construção e aquisição de 299.685 mil unidades foram de R\$ 30,0 bilhões, apontando crescimento de 13,5% para 2009 com 302.691 mil unidades.

Em 2010, a disponibilidade de recursos foi 65,0% superior ao ano anterior seguidos de 40,0% no acréscimo das unidades contratadas, o que se caracteriza aplicação dos programas de habitação, conforme tabela 6 (CBIC, 2014).

Tabela 6 – Financiamento imobiliário com recursos da poupança – SBPE
(valores em R\$ bilhões)- 2008/2013

Descrição	2008	2009	2010	2011	2012	2013	%
Valores Contratados- (R\$ bilhões)	30,0	34,0	56,0	79,9	82,7	101,5	238,4
Números de Unidades (em mil)	299,6	302,6	421,3	492,4	453,3	495,2	65,3

Fonte: CBIC (2014).

Elaboração: Adaptação da autora.

Em 2011, com relação aos financiamentos imobiliários por meio da poupança do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), houve aumento de 42,7% nos valores contratados superior ao volume de 2010. No entanto, em 2012, apesar de pequena regressão em números de unidades contratadas, os recursos superaram em 3,5% ao ano anterior e, se verificamos em 2013, houve crescimento em 22,8% comparado ao volume de 2012, e aumento de 9,2% na contratação das unidades, de acordo a tabela 6.

Conforme levantamento do IPEA (2014), em 2008 o volume de financiamentos para a construção de imóveis respondia 14% do total liberado pela Caixa Econômica Federal no total de R\$ 40,5 bilhões, enquanto que, em 2013 as contratações habitacionais passaram para R\$ 141,6 bilhões, impulsionados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, passou a representar 32,1% em 2013, do total das construções de moradias do país.

O vigoroso crescimento no aporte dos recursos de financiamentos aplicados no crédito imobiliário de 520,4%, anotados nas tabelas 5 e 6 pode ser explicado pelo bom desempenho macroeconômico da construção civil, nos últimos tempos.

Outrossim, o expressivo aumento de financiamentos por meio de recursos do FGTS em relação aos da Poupança SBPC se dá pela tendência verificada em 2010, em razão de taxa de contratação dos financiamentos crescerem em velocidade superior à da captação de depósitos, o que indica a necessidade do fortalecimento de outros mecanismos de financiamentos imobiliários. (CBIC, 2011)

É importante destacar que, atendendo às políticas públicas, enquanto os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço liberou créditos imobiliários em 2008, na ordem de R\$ 10,5 bilhões, o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE, para créditos de imóveis novos e usados liberou R\$ 30,0 bilhões, respectivamente em 2009 com R\$ 15,8 bilhões e R\$ 34,0 bilhões, em 2010 com R\$ 27,6 bilhões e R\$ 56,0 bilhões, em 2011 com R\$ 34,2 bilhões e R\$ 79,9

bilhões, em 2012 com R\$ 35,9 bilhões e R\$ 82,7 bilhões, e 2013 com R\$ 40,1 bilhões e R\$ 101,5 bilhões, ambos foram crescente no período 2008 a 2013, com R\$ 141,6 bilhões, sendo os recursos do FGTS em torno de pouco mais de 282,0%, e da poupança pouco mais de 238,4%, conforme pesquisa na Câmara brasileira da indústria e construção- (CBIC, 2014).

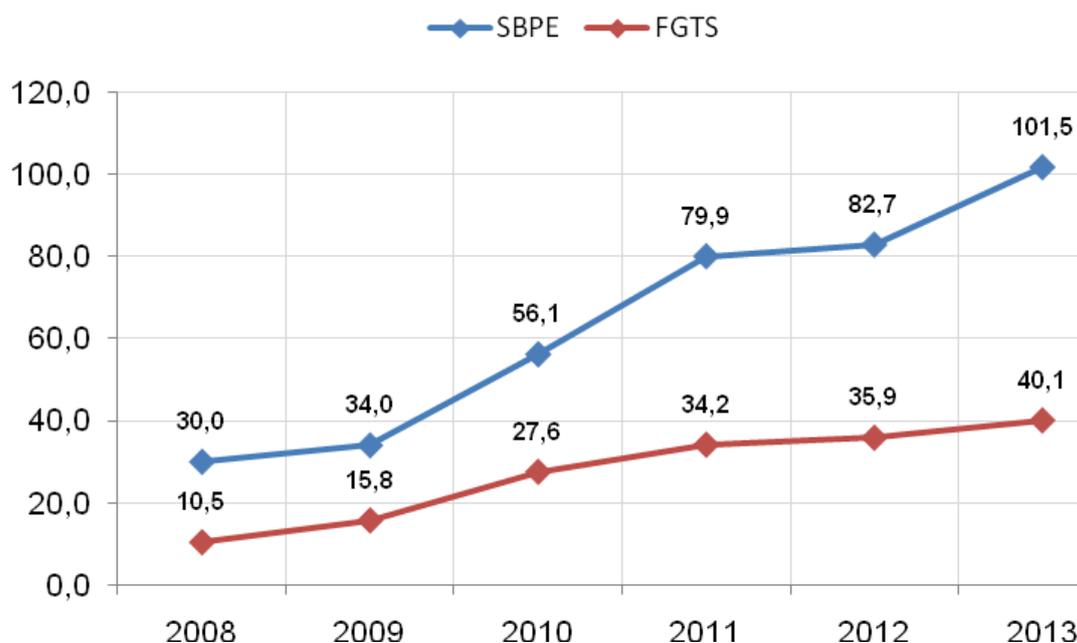


Gráfico 6 - Evolução do Financiamento Imobiliário – SBPE e FGTS, novos e usados, de 2008/2013 – (Valores nominais em R\$ bilhões).

Fonte: Adaptação da autora

Dessa forma, a oferta de crédito imobiliário, liberados pelo financiamento habitacional com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE, e provenientes da caderneta de poupança, atingiram o montante de R\$ 101,5 bilhões em 2013, representando um crescimento de 238,4% em relação aos R\$ 30,0 bilhões em 2008; e os financiamentos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS que passaram de R\$ 10,5 bilhões em 2008 para R\$ 40,1 bilhões em 2013, representados por mais de 282,0% de aumento no fundo de recursos.

Entretanto, além dos recursos desses programas habitacionais provenientes do FGTS, Ribeiro (2009) esclarece que o governo federal ainda investiu no programa minha casa, minha vida, para construção de 1.000.000 (um milhão) de unidades, liberados de acordo as faixas de renda familiar da população, com base no salário mínimo, conforme Tabela 7.

Tabela 7 – Distribuição de Faixa de Renda e Unidades construídas-(Brasil/2008)

Renda X Unidades	
Faixa de renda familiar	Unidades
0 a 3 Salários Mínimos	400 mil
3 a 4 Salários Mínimos	200 mil
4 a 5 Salários Mínimos	100 mil
5 a 6 Salários Mínimos	100 mil
6 a 10 Salários Mínimos	200 mil

Fonte: SNH, (2011)

Elaboração: Adaptação da autora

Conforme se observa na tabela, do total de um milhão de moradias, segundo relatos do PMCMV, 400 mil serão destinadas para quem tem renda até três salários mínimos. Outras 200 mil para quem recebe entre três e quatro salários mínimos; 100 mil para quem tem renda entre quatro e cinco salários mínimos e outras 100 mil para quem recebe entre cinco e seis salários mínimos. As 200 mil restantes são para população que recebe entre seis e dez salários mínimos.

O PAC2, na sua segunda fase, também aprimora as experiências do PAC1, nas variáveis de infraestrutura social e urbana, agrega também mais parcerias entre estados e municípios, mais recursos para a execução de obras, permitindo melhorar a qualidade de vida da população nas cidades brasileiras contempladas pelos 6 eixos: (PAC Água e Luz para Todos, PAC Transportes, PAC Energia, PAC Comunidade Cidadã, PAC Minha Casa Minha Vida e PAC Cidade Melhor).

Diante do exposto, a abrangência de projetos do PAC, no Estado do Maranhão, conforme 9º relatório do PAC2, no estado, até 31.12.2013, alcançou 2.850 empreendimentos distribuídos nos 217 municípios entre os 06 eixos de projetos, e destes, no município de Imperatriz - MA, contemplam 35 empreendimentos, conforme Tabela 8.

Tabela 8 – Distribuição de Empreendimentos dos Projetos do PAC (Estado do MA e município de Imperatriz - MA)

Projetos PAC	Estado do MA	Município de Imperatriz
Até Dezembro/2013	Nº de Empreendimentos	Nº de Empreendimentos
Água e Luz p/Todos	212	01
Transportes	28	01
Energia	26	01
Comunidade Cidadã	2.132	27
Minha Casa minha Vida	133	02
Cidade Melhor	319	03

Fonte: PAC2 - Estado do Maranhão.

Elaboração: Adaptação da autora

Ações governamentais que assim contribuíram para reaquecer a construção civil a partir de 2009 fazem parte da tentativa governamental em solucionar questões da moradia da população de baixa renda, gerando emprego e renda e estimulando a inovação tecnológica no setor da construção civil, pelo aumento da produtividade e da redução de custos em toda a cadeia produtiva; esclarece Santos (2011, p.26).

Alerta Ferreira; Theóphilo (2007), sobre o crescimento que envolve a construção civil:

Desta forma, percebe-se que esse segmento da economia brasileira contribui na evolução do país retomando o crescimento e possibilitando “melhorias na qualidade de vida dos cidadãos, enquanto na construção de moradia, ou disponibilizando oportunidades de trabalho” (FERREIRA; THEÓPHILO, 2007).

De acordo a Demanda habitacional no Brasil, estudo realizado pela Caixa Econômica Federal em 2011, no período de 2001 a 2009 a quantidade de domicílios no Brasil aumentou em 11,66 milhões. A comparação deste quantitativo à produção de 4,51 milhões de unidades financiadas com recursos geridos pela CAIXA demonstra a relevância de sua contribuição para a promoção do acesso à moradia no Brasil. Principalmente para o atendimento das famílias com renda entre 3 e 10 salários mínimos, viabilizado por meio de financiamentos estruturados por programas governamentais, com juros subsidiados, e da simplificação dos processos de concessão.

A estimativa para a Demanda Habitacional Demográfica – DHDE corresponde a 6.978.415 e a Demanda Habitacional Domiciliar – DHDO em 2.318.799, totaliza a Demanda Habitacional Total – DHT, na ordem de 9.297.214 unidades habitacionais com base nos dados da PNAD 2009, relativa ao atendimento da população com renda de 0 a 3 salários mínimos e do crescimento da Demanda Habitacional Demográfica. Desta forma, reflete na redução de DHDO garantindo o aprimoramento das políticas públicas e o acesso à moradia de expressiva parcela dos demandantes.

Nesse caso, percebe-se que a expansão recente das operações de crédito, reflexo da estabilidade econômica, da evolução positiva do mercado de trabalho e da maior bancarização da população brasileira, têm contribuído de forma significativa para impulsionar a atividade econômica de construção.

Apresentam-se na Tabela 9, os valores absolutos de Demanda Habitacional Demográfica - DHDE e Demanda Habitacional Domiciliar – DHDO referentes às Unidades da Federação, calculados com base na PNAD 2009 – IBGE.

Dessa forma, o PAC desde sua criação vem traçando os planos estratégicos para a retomada dos investimentos em setores deficitários do Brasil, como é o caso da habitação, que segundo o Ministério das Cidades através do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), no início de 2013 entregou um milhão de unidades habitacionais.

Tabela 9 - Demanda Habitacional por Unidade da Federação

UF	DHDE	DHDO	DHT
Rondônia	43.166	20.745	63.911
Acre	21.601	24.198	45.799
Amazonas	129.480	49.691	179.171
Roraima	13.217	2.777	15.994
Pará	258.415	168.997	427.412
Amapá	24.016	3.611	27.627
Tocantins	40.126	51.168	91.294
Maranhão	211.329	340.340	551.669
Piauí	118.407	233.662	352.069
Ceará	321.424	191.539	512.963
Rio Grande do Norte	129.914	29.843	159.757
Paraíba	141.957	55.209	197.166
Pernambuco	347.277	170.095	517.372
Alagoas	103.959	104.480	208.439
Sergipe	76.925	18.019	94.944
Bahia	524.943	418.503	943.446
Minas Gerais	784.946	131.499	916.445
Espírito Santo	126.986	11.259	138.245
Rio de Janeiro	618.849	37.888	656.737
São Paulo	1.567.697	60.752	1.628.449
Paraná	354.038	41.680	395.718
Santa Catarina	176.666	11.343	188.009
Rio Grande do Sul	353.262	51.264	404.526
Mato Grosso do Sul	74.823	9.495	84.318
Mato Grosso	97.170	26.082	123.252
Goiás	216.070	43.667	259.737
Distrito Federal	101.752	10.993	112.745
BRASIL	6.978.415	2.318.799	9.297.214

Fonte: EDPH (CEF 2011)

Elaboração: Adaptação da autora

Assim, o aquecimento da construção civil, a partir de 2008, tem sido gerado através dos recursos oriundos do Governo que os envia ao estado, cumprindo as metas das políticas públicas e que repassando às regiões metropolitanas traz

benefícios a toda população, a exemplo dos créditos habitacionais através do PAC- Programa de aceleração do crescimento com o Projeto “Minha casa minha vida”, “Brasil Maior”, e outros.

Além de o Programa contribuir fortemente para a geração de milhões de postos formais de trabalho gerando empregos, ainda impacta de maneira decisiva para o aumento na geração de renda, por meio de elevados investimentos públicos e privados em obras de fundamental importância para o país.

3 MÉTODO

Os métodos utilizados para realizar os propósitos dessa pesquisa serão bibliográficos, análise documental, com objetivos de cunho exploratório e delineamento quali-quantitativo, dentre as técnicas para o desenvolvimento do presente trabalho.

Para consecução dessa pesquisa e a delimitação do universo a ser estudado, pretende-se cumprir as seguintes etapas:

- I. Definir a área objeto de caracterização;
- II. Apresentar o espaço temporal para estudo e análises;
- III. Estabelecer as técnicas para a coleta de dados;
- IV. Proceder com os instrumentos para análises;
- V. Interpretar e discutir os dados obtidos.

3.1 Tipo de pesquisa

Os métodos utilizados na obtenção dos objetivos desta pesquisa serão bibliográficos, e a coleta de informações se dará por meio de doutrinas, revistas científicas, jornais, entrevistas, artigos, dissertações e teses publicadas eletronicamente, referentes ao tema e ao problema da pesquisa.

Segundo Gil (1991, p.48) será a pesquisa bibliográfica quando:

Desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Será também a pesquisa documental, referindo-se à investigação e análise de documentos publicados em sites de conjuntura estatística para demonstrar a rotatividade dos empregados em relação às outras atividades, assim como o cenário do crescimento da construção civil, e por isso Cervo e Bervian (2002), esclarecem que esse método tem o propósito de descrever e comparar usos e costumes, diferenças, variações, tendências e outras características.

Outrossim, de acordo com Santos (2004), a utilização de qualquer uma dessas fontes caracteriza-se como pesquisa documental: são tabelas estatísticas,

relatórios de empresa, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, sindicatos, correspondência pessoal ou comercial.

Dentre os objetivos da pesquisa exploratória, busca identificar as situações que estão manifestadas em uma população. Assim, pode-se verificar se os fatos estão de acordo com a realidade, a hipótese não é causal. (BABBIE, 1999)

Em se tratando de uma investigação exploratória, ainda entende-se:

A investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa. (VERGARA, 1998, p. 45).

Além disso, a pesquisa pode ser caracterizada também como sendo exploratória visto que tais pesquisas são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato, podendo constituir a primeira etapa de uma pesquisa mais ampla (GIL, 1991).

Quanto à natureza dos dados, esta pesquisa terá abordagem quali-quantitativa, apresentados em forma de tabelas, uma vez que os dados levantados na pesquisa documental remetem a medidas objetivas e quantificáveis através de abordagem hermenêutica e qualitativa onde se buscará textualmente compreender e interpretar os dados levantados.

De acordo Oliveira (2002, p.115) a pesquisa quantitativa, significa:

O método empregado no desenvolvimento das pesquisas de âmbito social, econômico, e de comunicação, mercadológicas, de opinião, de administração, representando, em linhas gerais, uma forma de garantir a precisão dos resultados, e evitando com isso distorções de análise e interpretações.

Os dados foram coletados nas páginas do Ministério do Trabalho e Emprego, através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), no site da Câmara Brasileira da Indústria e Construção (CBIC), através de relatórios arquivados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outros: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE), Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), Instituto Brasileiro de Estudos Financeiros e Imobiliários (IBRAFI), Sindicato da Indústria da Construção Civil, (SINDUSCON) e rotulados de acordo a necessidade para composição de se avaliar

e analisar os dados qualitativos e quantitativos no período de 2008 a 2013, em resposta aos objetivos propostos.

Dessa forma, os métodos serão utilizados com o fim de expor a revisão teórica da temática proposta, apresentar a investigação do desenvolvimento regional com base no crescimento do setor da construção civil em Imperatriz- MA, e analisar sobre o mercado de trabalho da atividade de construção civil.

3.2 Área de abrangência

A pesquisa terá como caracterização para área de estudo, o município de Imperatriz – MA, localizado ao Sul do estado do Maranhão, região Nordeste do Brasil, e utilizar-se-á o espaço temporal de 2008 a 2013, buscando avaliar o crescimento da construção civil, e analisar o seu desenvolvimento no município de Imperatriz – MA. Assim como, os fatores que impactam a ascensão da construção civil, no que diz respeito à geração de emprego e renda.

3.3 Plano para coleta dos dados

Para investigar o problema levantado, se utilizará os seguintes métodos: levantar buscas em bancos de dados de órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE e Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC, IPEA, FIEMA, SEBRAE, MTE, DIEESE, ABRAMAT e outros, para comparar e analisar pesquisas sobre o crescimento do emprego da construção civil com outras atividades no estado do Maranhão, comparar o estoque de empregos na construção civil em Imperatriz – MA, de 2008 / 2013, com o estoque a nível do estado do Maranhão e do Brasil.

3.4 Plano para análise de dados

Os dados obtidos nos arquivos das autarquias relacionadas foram analisados por meio de técnicas quali-quantitativas, apurando índice da avaliação de 2008 para

2013; nos quais foram tabulados e tratados estatisticamente com utilização do *software Excel 2013* e apresentados em formato de gráficos do tipo coluna, seguidos da tabela de comparação dos dados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização: área de estudo município Imperatriz–MA

A fundação de Imperatriz, no estado do Maranhão, deu-se em 16 de julho de 1852, no fim do Século XVI e início do Século XVII, desbravada pelos bandeirantes paulistas em busca de ouro, três anos depois da partida de uma expedição que saiu do porto da Província do Grão-Pará. Sob o comando do Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, capelão da expedição para cumprir uma missão determinada por Jerônimo Francisco Coelho de fundar um presídio na confluência dos rios Tocantins x Araguaia, sendo o capelão, fundador da povoação, que oficialmente deu ao povoado o nome de Colônia Militar de Santa Tereza do Tocantins, conforme relatos históricos. (BARROS, 1996, p. 24/27)

Mais tarde, foi batizada como Vila de Imperatriz, em honra à Imperatriz Tereza Cristina, a vila foi transformada em cidade em 22 de abril de 1924, porém continuava uma localidade, sem estradas de acesso e longe dos olhos dos governantes, foi assim durante um centenário. (FRANKLIN, 2008). Imperatriz, durante o período secular, apesar de favorecida pela sua localização e pelo comércio de peles, couros e borracha, não passava da condição de cidade perdida do sertão maranhense.

Entretanto, a Associação Comercial e Industrial de Imperatriz (ACII), (2011, p.89), ao analisar o perfil de Imperatriz, relata que, já em 1958, a cidade foi escolhida como base da segunda frente de trabalho da área maranhense para a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-010), considerada como a “rodovia de integração nacional”, a grande nova se espalhou no inverno daquele ano, e Imperatriz foi considerada durante décadas como cidade repouso devido a sua posição geográfica. Naquela época, conforme histórico, citado por Barros (1972) que o prefeito municipal viu-se então impelido a improvisar abrigos, [...] e até alocar terrenos para a construção de moradias, e o rio Tocantins era o abastecedor de água para todos.

Desde então, com o fim do isolamento rodoviário, com a abertura de estradas, Imperatriz que antes circulava economia apenas do ouro e da coleta de castanha do

Pará nos períodos de safra, entrou num ritmo acelerado de crescimento passando pelos ciclos econômicos “do ouro, da borracha, do arroz, da madeira, da agropecuária”.

Imperatriz é um município brasileiro do estado do Maranhão, situa-se no Sudoeste Maranhense, na divisa com o estado do Tocantins onde a cidade se estende pela margem direita do rio Tocantins, conforme figura 3.



Figura 3 – Mapa de Localização de Imperatriz no Maranhão

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014.

Durante as décadas de 1960/1970/1980, Imperatriz recebeu migrantes de todo o nordeste, atraídos pelas exuberantes florestas, riachos e rios em todos os recantos e áreas de terras nunca ocupadas, triplicando a população da cidade levados pela pujança da economia regional, experimentando um "boom" de desenvolvimento o que representou ao município um grande polo atrativo de empregos.

Já nessa época, FRANKLIN (2008), cita o registro dos historiadores que, a prefeitura de Imperatriz levada pela intensificação do fluxo migratório que foram atraídos pela construção da Rodovia Belém-Brasília. Na cidade o espaço urbano sofria a demanda de abertura de novas ruas e espaços públicos. A história de Imperatriz já iniciou sem qualquer planejamento urbano por suas gestões municipais.

O desordenado crescimento populacional e econômico, para o qual não houvera previsão nem planejamento, fez surgir problemas de diversas naturezas, como os de saúde, habitação e [...]. Também começavam a surgir conflitos agrícolas, devido à desordem na ocupação das áreas devolutas. FRANKLIN (2008).

Imperatriz, hoje compõe a Região 23 no Zoneamento estadual, chamada de “Região do Tocantins”, conforme figura 4. É composta pelos municípios de: Amarante do Maranhão, Buritirana, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Imperatriz, João Lisboa, Montes Altos, Ribamar Fiquene e Senador La Rocque.



Figura 4 – Mapa da Região Tocantina, sub-região do estado do Maranhão

Fonte: IMESC/IBGE (2014)

De maneira que, a intensificação de indústrias, o que antes se consolidava no polo econômico da produção agrícola, hoje no industrial caracterizado pelo serviço

da construção civil, o que já pode ser visto verticalizado rapidamente em toda cidade, também o crescimento horizontal com dezenas de novos loteamentos, como: (Jardim das Oliveiras, Verona I e II, Império Romano, Colina Park e outros) e os condomínios (Residencial New Ville, Residencial Lívia, Gran Village I e II, Eco-Park, Parque das Mansões, Arco do Triunfo e outros).

Sob o ponto de vista de Hogan (2007, p.235) uma área que antes era tradicionalmente ligada a atividades agrícolas está sendo agora utilizada para atividades industriais [...], e por ocupações residenciais de baixa densidade. Observando assim, que as áreas de limitações rurais nos espaços metropolitanos tendem às perspectivas da urbanização.

Nesse aspecto, o município de Imperatriz é o segundo maior centro populacional, econômico, cultural e político, do estado do Maranhão, e apresenta-se como entreposto comercial e de serviços, no qual se abastecem mercados locais em um raio de 400 km, e forma com Araguaína - TO, Marabá-PA, Balsas -MA e Açailândia - MA. (ACII, 2011).

É notório que o comércio local cresce a olhos vistos e atende toda a região, demonstrando que a cidade vem cumprindo o papel que se propôs de precursora e fomentadora do desenvolvimento, anfitriã de investimentos, trabalhadores e capital econômica do Estado. (ACADEMIA IMPERATRIZENSE DE LETRAS, 2002).

Percebe-se o latente crescimento na demanda de matéria-prima, como: cimento, areia, tijolos, pedras, madeiras, tintas, além de uma infinidade de outros produtos e serviços que necessariamente passam a ser comercializados em escala muito maior, a partir do avanço da construção civil na cidade de Imperatriz, que cresce para todos os lados. Dessa forma, fazendo com que as empresas que produzem esses produtos e serviços passem a produzir mais, o que eleva o emprego e a renda das pessoas que trabalham nessas empresas, dando assim suporte para gerar emprego e por consequência qualidade de vida.

4.2 O papel de Imperatriz como polo de Desenvolvimento Regional

O Município de Imperatriz faz parte da Amazônia Legal, e está situado na Mesorregião Oeste Maranhense, e ao Nordeste brasileiro, encontra-se localizado a

639 km de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, conforme relata Barros, (1996, p.220). O município é uma unidade da grande região tocantina, localizado nas margens direita do rio Tocantins, na Microrregião 09 Geográfica de Imperatriz, à 47º 26' 35' de Longitude Oeste e 5º 31' 32' de Latitude Sul, com clima quente e úmido, conforme relato da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz - ACII, (2011, p.186).

De acordo os dados do IBGE (2013), o município possui uma área territorial de 1.368.987 km², após a cessão de áreas para a formação de novos municípios na região. Limita-se com o município de Cidelândia e São Francisco do Brejão, ao Norte, com Davinópolis, Governador Edison Lobão ao Sul, com João Lisboa, Senador La Roque e São Francisco do Brejão ao Leste e com o Rio Tocantins divisa do Maranhão com os Estados do Pará e Tocantins a Oeste.

Imperatriz, que iniciou o seu crescimento populacional na década de 60 por grande número de migrantes e aqui fixaram residências devido às extensas áreas disponíveis para plantar e criar, abundantes florestas, dezenas de rios e riachos perenes, circulou a sua economia nos variados ciclos econômicos: do ouro, do arroz, da castanha, da madeira, da agropecuária, com a chegada da Rodovia Belém-Brasília, elevou a condição para entreposto comercial e de prestador de serviços, conforme afirma Franklin (2011), alavancado pela aproximação de dezenas de outras cidades dos estados do Maranhão, sul do Pará e norte do Tocantins, para os quais o município serve num ritmo acelerado de crescimento.

Dessa forma, afirma Santos (2008, p.534) que o notório crescimento econômico de Imperatriz, tem sido demonstrado a partir da década de 1970, através das inúmeras atividades que são criadas, principalmente de comércio. Outros setores também apresentaram destaque no final da década de 1990, como a educação, saúde e outros serviços. Assim, relata o mesmo autor que um possível efeito polarizador do município começa a despertar para algumas reflexões em torno desse dinamismo local no sentido de uma caracterização teórica da economia regional, visando estabelecer o enquadramento do município em uma estrutura de requisitos que possam coincidir com os conceitos abordados nessa ciência regional.

Santos (2008, p.534), esclarece: Quais os elementos teóricos que podem confirmar Imperatriz como um polo de crescimento econômico?

Numa análise superficial e histórica, encontram-se argumentos que indicam a construção de uma estrutura econômica no município que contribuiu para

a implantação de um foco de crescimento econômico baseado no comércio e inibiu essa mesma implantação nos municípios vizinhos. A base comercial exerce uma força de atração nas populações dos lugares mais próximos.

Para confirmar os pontos de discussão, admite-se Hirschaman (1977, p. 35), a possibilidade de existência de polo de crescimento num município, em detrimento de alguns municípios que não conseguem crescer economicamente.

Nos últimos anos, especificamente a partir do ano de 2008, Imperatriz vem acumulando população, em função do imenso fluxo migratório de outras regiões, trabalhadores do campo, que atualmente estão na cidade todos atraídos pelas expectativas de emprego na atividade da Construção civil, ou em outras atividades que se instalaram na cidade.

Conforme censo do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística – IBGE, em 2013, Imperatriz conta com uma população estimada de 251.468 mil habitantes em área de 1.368.987 km², dos quais 15.480 km² estão em zona urbana, representando em torno de 37% da população do estado do Maranhão, conforme tabela 10.

Tabela 10 – Evolução populacional de Imperatriz e Maranhão de 2008 a 2013 (N^os absolutos e %)

Ano	Região Nordeste	Maranhão	Imperatriz
2008	53.088.499	6.458.789	236.611
2009	53.591.197	6.533.027	236.691
2010	53.078.137	6.603.880	247.505
2011	53.501.859	6.645.761	248.806
2012	53.907.144	6.714.314	250.063
2013	55.794.699	6.794.301	251.468
Crescimento %	5,1%	5,2%	6,3%

Fonte: Elaboração da autora.

Adaptação do IBGE/DPE/COPIS-(2014)

Percebe-se que o crescimento populacional de Imperatriz com 236.611 pessoas em 2008, foi crescente na faixa de 6,3% de 2013, com 251.468 pessoas comparadas a 2008. Apresenta-se a população de Imperatriz, com paralelo índice de aumento comparado com os do estado do Maranhão e da região nordeste, que na sua maioria tem contribuído para a horizontalidade da cidade, além da expansão no segmento de construção civil e reflexo em outros segmentos econômicos, de acordo gráfico 7.

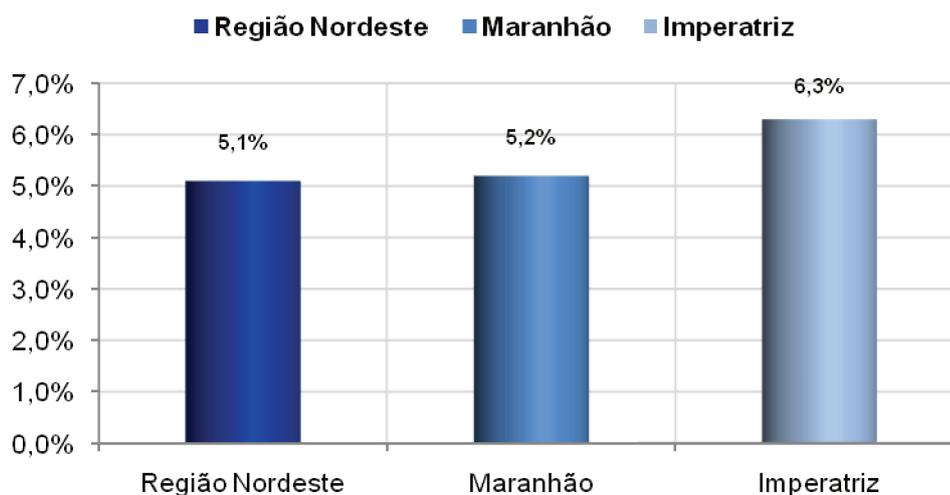


Gráfico 7 - Crescimento da população de Imperatriz, Estado do Maranhão e região nordeste de 2008 a 2013 (em%).

Fonte: Elaboração da autora

Imperatriz que acumulou diversos ciclos econômicos, fazendo- a preferida nos investimentos regionais, atualmente se projeta para um novo ciclo, da construção civil, pois uma nova onda de investimentos tem aquecido a economia local em ritmo acelerado, potencializando e projetando positivamente a cidade em nível nacional da economia, inclusive quanto às verbas de políticas públicas para estímulo ao desenvolvimento regional, conforme assinala Kyt (2011, p.167).

O autor enumera eventos que potencializa para Imperatriz, finalidades em fomentar o desenvolvimento regional, como: feira de negócios, o empreendedorismo mercadológico, o associativismo empresarial como movimentos expressivos que conduz aos avanços econômicos, políticos e sociais.

Entre fatores que potencializaram o crescimento econômico, a ascensão da indústria da construção civil em Imperatriz, com medidas relevantes, estimulam o crescimento do setor como: as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), sendo estes que priorizam investimentos em infraestrutura, saneamento e habitação, ao volume de crédito disponível para habitação, a redução do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para diversos materiais de construção, além da inclusão da atividade de construção civil no regime simplificado de tributação.

Nota-se que a cidade passa por um período de expansão econômica, e esse aquecimento do setor da construção civil tem recebido muitos investimentos do Governo Federal destacando o programa “Minha Casa, Minha Vida”, e

principalmente liberação de créditos para financiamentos habitacionais, quer sejam do poder público, como de investimentos particulares, incentivos para recuperação e ampliação do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

Desde então, após 2008, Imperatriz transita por um período aquecido pelo desenho de indústrias que se instalam na cidade, empresas de outras regiões do país começaram a abrir filiais na cidade dinamizando o comércio e trazendo reforço dos serviços mais carentes na região. Com toda essa dinâmica no crescimento urbano, impôs-se a necessidade de novas moradias causando também a expansão da atividade na construção civil, onde vários bairros integraram ao zoneamento da cidade, que antes eram dotados de terrenos ermos, vão dando lugar a enormes construções, edifícios comerciais e residenciais. Grandes condomínios têm adornado a cidade vivenciando um novo grande ciclo econômico galgando por desenvolvimento.

Sobre esse assunto, a Associação Comercial e Industrial de Imperatriz – (ACII, 2011), confirma que foi possível entender essa aceleração da construção civil e que, como consequência, um aumento considerável da demanda de mão de obra nesse setor, bem como das vendas do próprio comércio local, especificamente, nas lojas de materiais de construção, que por sua vez, acaba aquecendo em várias atividades do comércio, que vem assim confirmar:

Nos últimos anos, tem sido incrementada a indústria da construção civil, favorecida pela estabilidade e crescimento econômico nacional e, especialmente, pelos programas de financiamento de habitação do Governo Federal. Diversos prédios comerciais e de apartamentos e vários conjuntos habitacionais são erguidos, em ritmo acelerado. (ACII, 2011, p. 103).

Conforme é visto também na Conjuntura da construção por Garcia e Dias (2011, p.04):

O setor da construção civil costuma ser considerado como grande empregador de mão de obra pouco qualificada, o que em termos comparativos a outros segmentos ainda é verdade. É preciso considerar, contudo, que o setor incorpora cada vez mais tecnologia. Os processos exigem trabalhadores com capacidade de absorver informação técnica, e a busca por qualificação passou a ser imperativo de competitividade.

Afirma Silva (2014), que a cidade vive um dos momentos da história em que o mercado imobiliário tem sido um dos mais importantes e férteis do estado. A economia da cidade deve muito à valorização desse segmento e o índice de

crescimento tem se tornado cada vez mais crescente. A contribuição como polo de desenvolvimento regional em relação à construção civil, que trouxe ao setor imobiliário considerável crescimento, continua aquecida no que diz respeito à compra e venda de imóveis.

Pontua Silva (2014), que nos últimos 5 anos, o apogeu do mercado imobiliário de Imperatriz cresce, a demanda ainda está muito grande e tem ocorrido em decorrência do crédito do governo federal.

Sobre esta posição, conforme amostragem dos cinco municípios que apontam em destaque na economia tem-se também o Produto Interno Bruto (PIB), como o segundo maior do estado do Maranhão, com R\$ 2.853.988 mil, em 2012, atrás somente da capital São Luís, seguido do município de Açailândia, que comparados ao ano de 2008, com R\$ 1.740.780 mil, evoluiu em 63,9%%, demonstrados na Tabela 11.

Considerando o ano de 2012, dentre os 05 municípios do estado que tiveram maior participação nos setores econômicos; a cidade de Imperatriz que tem como principal atividade de renda para a região a construção civil e a indústria de transformação, ocupou o 3º lugar no ranking de 2012, porém ocupou o 2º lugar na participação do setor de serviços, com as atividades econômicas de Comércio, Administrações Públicas- APU, Atividades Imobiliárias, Aluguel, e Transportes, e no ranking do PIB municipal em relação ao PIB total do estado. (IBGE/IMESC-2013).

Com relação ao valor agregado do PIB em mil reais, a preços de mercado ,corrente distribuídos entre as atividades de agropecuária, indústria de transformação, incluindo a construção civil, serviços e de outras atividades, destacou-se na tabela 11, o rateio nos segmentos. Ao analisar a construção civil para Imperatriz, em 2008 uma renda do PIB de R\$ 1.740 mil, distribuídos em 15,3% na Indústria e construção civil com R\$ 267, mil em relação à renda total do Estado de R\$ 38.486, milhões, com 15,2%, nas mesmas atividades, com R\$ 5.838mil.

Porém à partir de 2009, Imperatriz ocupa o 2º ranking com uma renda de R\$ 2.001 mil nesse ano, o qual tornou-se crescente nos anos seguintes, ocasionados pela expansão da atividade de construção.

Em 2012, Imperatriz, destaca-se com a renda total do PIB de R\$ 2.853 mil, e mantém um equilíbrio no percentual de 15,8%, na atividade, com renda de R\$ 451 mil, comparados à totalidade da renda registrada no estado do Maranhão com R\$

58.819 milhões, representando o segmento da indústria e construção civil, com 14,7% da renda de R\$ 8.619 mil. (IBGE/IMESC-2013).

Tabela 11 – PIB a preço de mercado corrente, percentual de participação no PIB, valores agregados a preços correntes, principais atividades dos 5 maiores municípios do Estado Maranhão. (2008/2012)

Ano	Municípios e Estado	Nº	PIB mil R\$	% do PIB	VA Agrop. Mil R\$	VA Ind./Constr Mil R\$	VA Serviços Mil R\$	VA Outras atividades Mil R\$
2008	São Luis	1º	14.720.891	38,25	21.703	2.942.216	9.053.075	2.703.897
	Açailândia	2º	1.766.165	4,59	361.705	558.150	679.411	166.899
	Imperatriz	3º	1.740.780	4,52	74.418	267.030	1.209.967	189.365
	Balsas	4º	896.793	2,33	258.977	59.226	500.599	77.991
	Timon	5º	738.409	1,92	37.278	172.215	422.738	106.178
	Outros mun.		18.622.972	48,39	6.927.094	1.839.580	9.233.698	622.600
	MARANHÃO		38.486.010	100,00	7.681.175	5.838.417	21.099.488	3.866.930
2009	São Luis	1º	15.323.512	38,45	19.986	2.648.343	10.140.548	2.514.635
	Imperatriz	2º	2.001.085	5,02	42.998	267.212	1.479.065	211.810
	Açailândia	3º	1.301.087	3,26	175.767	314.216	675.095	136.009
	Balsas	4º	1.121.011	2,81	244.299	87.896	685.427	103.389
	Caxias	5º	826.196	2,07	38.032	165.668	509.034	113.462
	Outros mun.		19.281.786	48,39	5.461.413	2.053.509	11.058.212	708.652
	MARANHÃO		39.854.677	100,00	5.982.495	5.536.844	24.547.381	3.787.957
2010	São Luis	1º	17.915.048	39,59	17.039	3.232.336	11.319.596	3.346.077
	Imperatriz	2º	2.119.619	4,68	59.384	270.549	1.555.137	234.549
	Açailândia	3º	1.307.215	2,89	155.319	306.660	685.903	159.333
	Balsas	4º	1.102.443	2,44	224.344	106.308	661.143	110.648
	Timon	5º	817.392	1,81	22.909	127.323	592.146	75.014
	Outros mun.		21.994.225	48,59	6.490.112	2.307.623	12.319.798	876.692
	MARANHÃO		45.255.942	100,00	6.969.107	6.350.799	27.133.723	4.802.313
2011	São Luis	1º	20.813.044	39,88	17.807	4.142.707	12.623.773	4.028.757
	Imperatriz	2º	2.452.030	4,70	76.096	386.024	1.713.121	276.789
	Açailândia	3º	1.667.193	3,19	264.386	446.190	767.981	188.636
	Balsas	4º	1.307.326	2,51	245.054	149.871	775.643	136.758
	Timon	5º	861.004	1,65	28.622	160.630	593.392	78.360
	Outros mun.		25.086.607	48,07	7.533.606	2.870.954	13.748.996	933.051
	MARANHÃO		52.187.204	100,00	8.165.571	8.156.376	30.222.906	5.642.351
2012	São Luis	1º	24.601.718	41,83	17.440	4.173.297	15.491.889	4.919.092
	Imperatriz	2º	2.853.989	4,85	44.583	451.562	2.025.714	332.129
	Açailândia	3º	2.025.714	3,12	278.942	469.355	888.224	389.193
	Balsas	4º	1.711.043	2,91	347.496	190.081	1.005.406	168.059
	Timon	5º	992.826	1,69	24.780	186.285	690.697	91.064
	Outros mun.		26.634.394	45,60	7.075.927	3.148.791	15.482.622	927.053
	MARANHÃO		58.819.683	100,00	7.789.169	8.619.371	35.584.552	6.826.591

Fonte: IMESC; IBGE (2013)

Elaboração: Adaptado pela autora

Analisando o valor adicionado a preços correntes do produto interno bruto gerado nos setores de: agropecuária, indústria e serviços dos 05 municípios do estado do Maranhão, que se destacaram com a maior participação nos setores econômicos, percebe-se o crescimento econômico na cidade de Imperatriz. Com isso, alia-se a movimentação do segmento da construção civil na cidade, que além de movimentar prestadores de serviços técnicos e especializados, formou-se um enorme e ativo mercado consumidor alavancando o desenvolvimento na região tocantina.

Ao representar no gráfico 8, a participação das atividades econômicas em relação ao PIB do município de Imperatriz e do Estado do Maranhão, verifica-se uma equiparação em 15,0% em termos percentuais no segmento da construção civil e indústria, para o período analisado (IBGE/IMESC-2013).

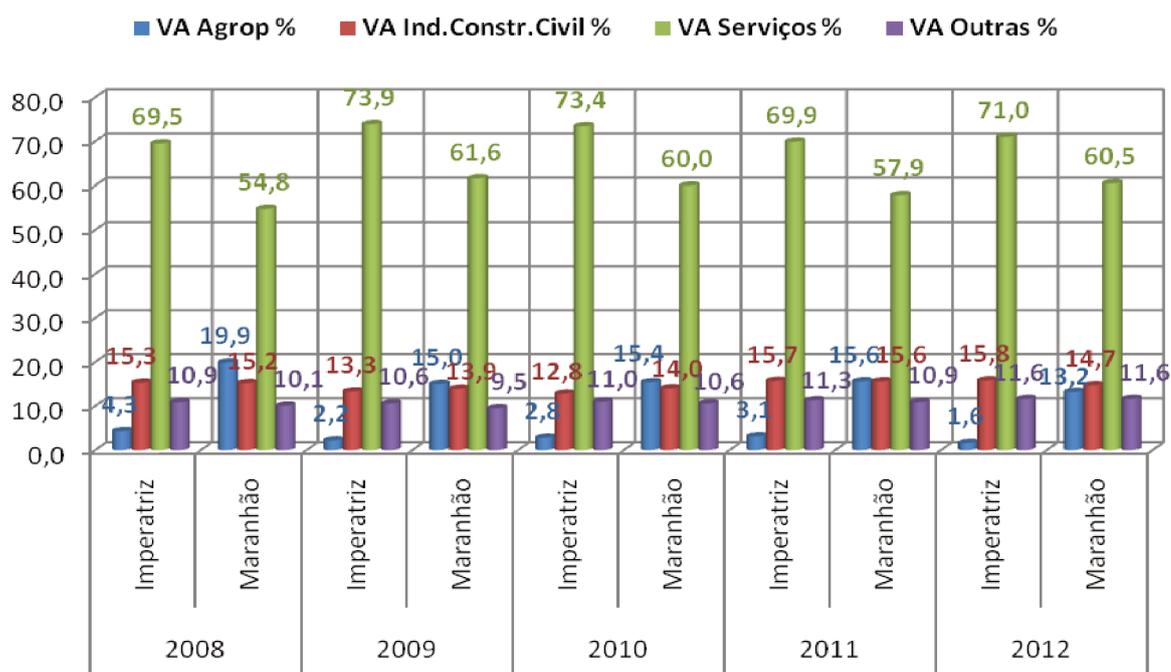


Gráfico 8- Percentual de participação segundo setores do PIB das principais atividades. (2008/2013)

Fonte: IMESC; IBGE (2013)

Elaboração: Adaptado pela autora.

A participação do Maranhão no Produto Interno Bruto do Brasil equivale a 1,3%, segundo dados de 2012. Os cinco maiores PIB municipais: São Luís, Imperatriz, Açailândia, Balsas e Timon, concentram 54,39% da economia maranhense, e os 212 municípios restantes respondem por 45,61%, de acordo Tabela 11 e Gráfico 8.(IMESC,2012)

O município de Imperatriz acompanha o crescimento nacional, acima da média dos outros municípios do estado, com exceção da capital de São Luís- MA, ainda que como ponto forte nos últimos anos, o setor da indústria e construção civil tem elevado o crescimento da região, conforme relata a Associação Comercial e Industrial de Imperatriz – ACII, (2011), principalmente a partir da chegada de grandes empresas e investidores, isto é como consequência do processo de industrialização registra-se o Desenvolvimento Regional.

4.3 Mercado de trabalho na construção civil em Imperatriz–MA

A construção civil é uma atividade econômica que requer quantidade expressiva de trabalhadores para a execução de seus serviços e, nesse contexto, o nível de qualificação é variado, aliado à necessidade de formação específica, visando ao desempenho das funções diferenciadas que integram cada etapa do processo de execução do trabalho (PELLISSARI, 2006).

Através da atividade de construção civil, o Brasil está se transformando e se renovando, é preciso a sensibilidade do setor gerencial para com as necessidades, a fim de despertar e atrair o comprometimento total por parte dos trabalhadores desse setor.

De acordo com Tavares (2007, p.101):

A indústria da construção civil tem importante participação no desenvolvimento socioeconômico, uma vez que é capaz de criar rapidamente vagas diretas e indiretas no mercado de trabalho, absorvendo representativo percentual de mão de obra, inclusive não e/ou pouco qualificado.

O mercado de trabalho da construção civil tem apresentado taxas animadoras aliadas à economia brasileira, conforme crescimento apontado pela relação anual de informações salariais, através do saldo de emprego formal de 2008 à 2013. ((DIEESE, 2011).

Avaliando o período pesquisado se manteve crescente de 2008 a 2010, porém, entra em desaceleração de 2011 a 2013, e necessário se faz uma melhor distribuição de renda com muitas oportunidades de se criar cada vez mais

empregos. Foram gerados 197.868 novos empregos entre janeiro e dezembro de 2008, no ramo da construção civil marcando crescimento do segmento que representou quase 14,0% do total de postos de trabalho gerados no Brasil que chegou a 1.452, milhões no ano. Em 2009 foram gerados 177.185 novos empregos, saldo inferior ao mesmo período de 2008. Com esse desempenho, o setor representou quase 18,0% da geração total de postos de trabalho no Brasil que chegou a 995,1 mil no ano, conforme tabela 12 (DIEESE, 2012).

Tabela 12 - Evolução do emprego, por setor de atividade econômica (Brasil – 2008-2013)

Setor de Atividade	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Extrativa Mineral	8.671	2.036	17.715	19.538	11.106	2.680
Indústria de Transformação	178.675	10.865	544.367	218.138	87.385	126.359
Serviço de Utilidade Pública	7.965	4.984	20.034	9.467	10.195	8.383
Construção Civil	197.868	177.185	334.311	225.145	148.114	107.024
Comércio	382.218	297.157	611.900	459.841	383.426	301.095
Serviços	648.259	500.177	1.018.052	934.967	674.420	546.917
Administração Pública	10.316	18.075	10.417	16.126	-2.447	22.841
Agropecuária	18.232	-15.369	-1.375	83.227	3.378	1.872
TOTAL	1.452.204	995.110	2.555.421	1.966.449	1.315.577	1.117.171

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego- CAGED (2013).

Elaboração: Adaptação própria

Entre janeiro e dezembro de 2010 foram gerados 334.311 novos empregos formais no ramo da construção, crescimento de 88,7% em relação a 2009, sendo o melhor saldo da última década, demonstrando expansão da atividade em todas as regiões do Brasil. Com esse desempenho, o setor representou 13% da geração total dos postos de trabalho no Brasil, chegando a 2.555, milhões de postos de trabalho com carteira assinada.

Em 2011, o saldo de empregos no setor foi de 225.145 novos postos de trabalho e, em 2012, verifica-se uma tendência de desaceleração do crescimento de emprego na construção civil e ficou bem abaixo, com 148.114 novos empregos, o que significa decréscimo de 34,2% na geração de postos em relação ao ano anterior, e de 2013 com 107.024 apontando decréscimo de 27,7% de postos de trabalho. (DIEESE, 2012).

Dessa forma, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – (Caged 2013), no que diz respeito à evolução do emprego por setor de atividade

econômica, mostram desaceleração no nível de geração de emprego no setor em 2011 para 1.966, mil de postos de trabalho, e de forma mais intensa em 2012 com 1.315 mil no ano, e respectivamente em 2013 com 1.117 mil no ano, reflexo da desaceleração nas atividades da construção e outras, com exceção para o saldo de emprego da administração pública, como indicam os resultados das contas nacionais no gráfico 9.

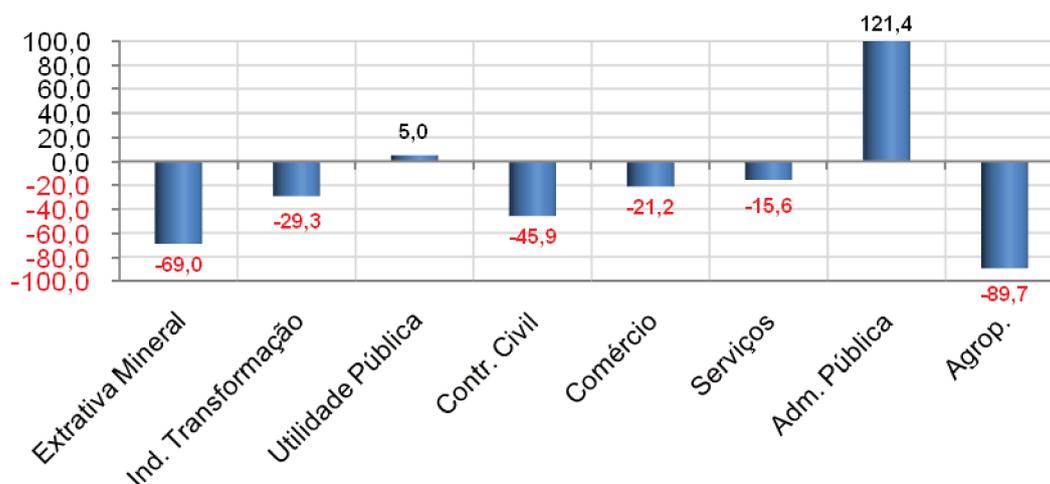


Gráfico 9 – Índice de evolução de empregos, por setor de atividade - Brasil. 2008 a 2013
Elaboração: Adaptação própria.

Dentre o conjunto de atividades, ao comparar o período de 2008 a 2013, verifica-se desaceleração de atividades, com exceção apenas para Utilidade pública de 5,0% e de administração pública de 12,4%. A construção civil desacelerou de 197.868 em 2008 para 107.024 em 2013.

Tabela 13 - Evolução do emprego, por setor de atividade econômica (Estado do Maranhão – 2008-2013)

Setores de atividade	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Extrativa Mineral	-105	121	419	96	197	53
Ind. de Transformação	2292	-702	2553	2249	508	297
Serviço de útil. Pública	-164	116	0	183	-340	430
Construção Civil	10150	-4027	12446	-246	-4987	776
Comércio	5368	3197	12087	8293	8070	5330
Serviços	4755	-2045	15100	10907	10441	8862
Administração Pública	148	85	203	383	388	960
Agropecuária	-3100	-1529	197	4297	-567	-1800
TOTAL	19344	-4784	43005	26162	13710	14908

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego- CAGED (2013).

Elaboração: Adaptação da autora

Analisando a evolução dos empregos por setor de atividade econômica no estado do Maranhão, a construção civil esteve em constante alta em 2008 e 2010, comparados ao nível Brasil, e 2013 com saldo evolução de 776, apontando grande decréscimo em relação a 2008, conforme Tabela 13.

Porém, ao comparar o período de 2008 a 2013, para a cidade de Imperatriz, o conjunto de atividades desacelera apenas no ano de 2009. Entretanto, a atividade de construção civil esteve em alta, apresentando um saldo de evolução de 2.255 no ano de 2012, e retração em 2013 para 377, composto na Tabela 14.

Tabela 14 - Evolução do emprego, por setor de atividade econômica. (Imperatriz – 2008-2013)

Setores de atividade	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Extrativa Mineral	-2	-6	2	29	1	15
Ind. De Transformação	126	-314	280	65	103	-427
Serviço de útil. Pública	-10	-138	-12	-11	18	-23
Construção Civil	434	322	143	747	2255	377
Comércio	1166	-61	1155	1010	1444	814
Serviços	180	46	669	1150	1386	1010
Administração Pública	6	221	227	613	416	476
Agropecuária	62	-617	-97	356	-63	-267
TOTAL	1962	-547	2367	3959	5560	1975

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego- CAGED (2013).

Elaboração: Adaptação própria

Nesse sentido, o mercado de trabalho na construção civil depende diretamente da mão de obra de pessoas que, quanto maior e mais qualificada, melhor para a empresa, pois garante seu sucesso diante do mercado, porém, não é isso que acontece, o setor se destaca como atividade intensiva em mão de obra, que por ser escassa, demanda muitos empregos de baixa qualificação, que atendem às camadas menos instruídas e mais carentes da sociedade.

Dessa forma, relata o Sindicato da Indústria e Construção Civil (2011):

O setor da construção civil costuma ser considerado como grande empregador de mão de obra pouco qualificada, o que em termos comparativos a outros segmentos ainda é verdade. É preciso considerar, contudo, que o setor incorpora cada vez mais tecnologia. Os processos exigem trabalhadores com capacidade de absorver informação técnica, e a busca por qualificação passou a ser imperativo de competitividade. (SINDUSCON, 2011)

Nesse sentido Fujimoto e Paulon (2009, p. 03) nos dizem que:

As inúmeras mudanças exigidas das habilidades do trabalhador, neste final de século, concomitantemente com a evolução da tecnologia, fazem com que os mesmos sejam facilmente descartáveis no mercado de trabalho. Isto, devido ao fato de que este trabalhador, de baixa escolaridade, não reúne condições e muito menos tem chances para aprender sozinho uma profissão, quanto mais uma qualificação ou mesmo uma requalificação profissional.

Visto isso se faz indispensável à percepção da empresa frente aos clientes internos para que sejam consideradas as demandas de qualificação profissional no mercado de trabalho, de modo que seja despertada a satisfação e a motivação, fatores importantes para obtenção de sucesso do funcionário na empresa.

Traçando um perfil desses trabalhadores percebem-se um patamar talvez inimaginável dez anos atrás, pois, em se tratando da intensidade da mão de obra na construção, atualmente requer do estabelecimento programas de qualificação, atendimento aos programas e equipamentos de proteção, de novas tecnologias incorporadas e de condições favoráveis ao desenvolvimento sustentável, conforme determinam as recomendações técnicas de procedimentos da NR/18 do Ministério do Trabalho e Emprego, em 1978.

O mercado de trabalho no Brasil, nas últimas décadas, passou por grandes transformações, principalmente no aumento do número de desempregados e na queda da qualidade dos vínculos de trabalho. (GOMEZ E LACAZ, 2005, p. 797).

Nesse contexto, Iriart (2008, p.165-174) evidenciam sobre esse mercado, que:

O crescimento da participação de trabalhadores não registrados, o emprego informal, além de muitas vezes ocorrer a remuneração abaixo do mínimo legal e os trabalhadores serem privados dos benefícios da Seguridade Social. Para os autores, os trabalhadores da construção civil, em sua maioria, são do sexo masculino, migrantes, com baixa escolaridade e qualificação profissional.

A mão de obra desqualificada na construção civil pode gerar consequências graves na qualidade dos serviços afetando na oneração de custos para o construtor, como: altos riscos e índices de acidentes, desperdício de material, alta taxa de rotatividade e até dificuldades de adaptação na operacionalidade de modernos equipamentos aplicados na construção.

4.4 O trabalho na construção civil em Imperatriz

A dimensão do trabalho na construção civil tem origem de empregos diretos e indiretos, e estes são considerados terceirizados, ou parceiros contratados por subempreiteiras, sendo responsável pela absorção de grande parte da mão de obra de trabalhadores brasileiros de vários setores produtivos. A subcontratação de serviços por empresas construtoras existe desde o código civil de 1916, ao disciplinar a locação de serviços, a empreitada, a parceira, o que foi mantido pelo novo Código Civil – Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Por outro lado, a partir do momento em que foram consolidadas as Leis do Trabalho, passou a existir norma específica para regular a matéria, permitindo a subcontratação, independentemente de se tratar de atividade meio ou fim da contratante, conforme estabelece o artigo 455 da CLT - Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1.943.

Art. 455 Nos contratos de subempreitada responderá o subempreiteiro pelas obrigações derivadas do contrato de trabalho que celebrar, cabendo, todavia, aos empregados, o direito de reclamação contra o empreiteiro principal pelo inadimplemento daquelas obrigações por parte do primeiro.
Parágrafo único – Ao empreiteiro principal fica ressalvada, nos termos da lei civil, ação regressiva contra o subempreiteiro e a retenção de importâncias a este devidas, para a garantia das obrigações previstas neste artigo.

No entanto, a mão de obra de vários setores, muitas vezes menos qualificada no setor de construção caracteriza-se em geral por trabalhadores que são desqualificados, principalmente nas duas primeiras etapas do processo de trabalho – fundação e estrutura – em conjunto com a falta de treinamento. Nesse caso, configuram-se mão de obra desqualificada as pessoas que deixaram seus lugares de origem com o intuito de melhorar seu nível de vida (GOMEZ, 2002).

A subcontratação na construção civil é relevante no mercado de trabalho desse segmento em Imperatriz, é inerente à atividade, visto que, contratadas pela construtora, cada uma ingressa e sai da obra em uma fase distinta. As subcontratadas vão migrando de obra em obra, onde a empresa de fundações tem seu trabalho especializado, a de estruturas tem outro.

Para justificar essa formalização utilizada no setor, Zockun, apud Chahad, (2003) aponta que:

A explicação mais importante, entretanto, diz respeito ao crescimento da subcontratação como expediente para contornar questões relativas aos custos do trabalho, em direção a flexibilizar ainda mais as formas de contratação da mão-de-obra.

O desempenho do mercado de trabalho maranhense tem registrado saldo positivo desde 2008 no setor de construção civil. Ressalta-se que o maior número de trabalhadores desse segmento, no período analisado de 2008 a 2013, são os de reemprego e os não admitidos no ano, isto é o trabalhador contratado, que se mantém crescente de 2008 a 2012, e reduzindo em 13% para 2013, conforme tabela 15.

Tabela 15 – Estoque de trabalhadores na construção civil, segundo os tipos de admissões no Maranhão - período de 2008 a 2013.

Maranhão	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Varição 2008/2013
1º Emprego	4.504	5.164	9.780	5.684	4.382	4.520	0,35
Reemprego	23.070	21.938	31.616	30.267	31.014	31.781	37,8
Reintegração	20	9	20	10	14	191	855,0
Transferência	1.844	1.626	6.110	3.444	3.423	4.475	142,7
Autônomos-(Não admitidos)	11.356	13.378	15.842	21.945	21.776	18.947	66,8
Totais	40.794	42.115	63.368	61.350	60.609	59.914	46,9

Fonte: MTE / RAIS (2013)

Elaboração: Adaptado pela autora

No mercado maranhense revela um crescimento significativo de 2008 a 2013 representados por 47,0% de crescimento no período, e cerca de 31,5% em 2013, justificam a evolução dos trabalhadores contratados na construção civil, em relação ao total dos assalariados ocupados.

Os tipos contratuais admitidos na construção civil destacam-se os trabalhadores que reintegraram em suas funções, possivelmente os que foram afastados de suas atividades através de riscos acidentais e aqueles que foram migrados por transferência para atender a demanda ocupacional na empresa contratante.

Dessa forma, os tipos contratados, os que assumem terceirização nas etapas laboradas na construção civil de 66,8%, justificam a autonomia de pequenas construtoras para curtas fases de execução no trabalho da construção. Apenas os

contratos de 1º emprego mantém um pequeno índice de contratação, como se justifica no gráfico 10.

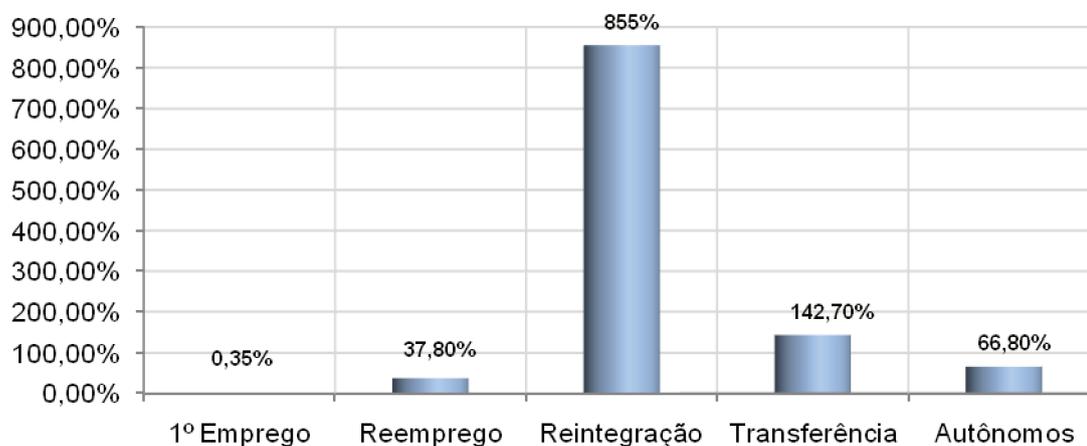


Gráfico 10 - Evolução do estoque de trabalhadores por índice % na construção civil - Brasil. 2008 a 2013.

Elaboração: Adaptado pela autora

O estoque de empregos na construção civil na cidade de Imperatriz, no estado do Maranhão e no Brasil, na tabela 16, demonstra a evolução de empregos na construção civil, no Brasil, e regional de 2008 até 2013 mantendo-se em alta, de acordo arquivo da RAIS/MTE (2013).

Tabela 16 – Evolução de empregos na construção civil em Imperatriz, estado do Maranhão, Região Nordeste e Brasil – (2008 – 2013)

Ano	Brasil	Região Nordeste	Maranhão	Imperatriz
2008	1.987.131	378.037	40.794	1.863
2009	2.221.254	447.073	42.115	2.172
2010	2.633.674	598.305	63.368	2.787
2011	2.909.131	662.736	61.350	3.348
2012	3.015.373	680.655	60.609	6.801
2013	3.094.153	699.616	59.914	6.805
Crescimento %	55,7%	85,1%	46,9%	265,3%

Fonte: MTE / RAIS (2013)

Elaboração: Adaptado pela autora

A evolução do segmento na cidade de Imperatriz e a nível nacional tem sido ascendente, quando registrava 4,6% o número de empregados da cidade em

relação aos 40,7 mil do estado do Maranhão em 2008, passando para 11,5%, em relação aos 59,9 mil do Maranhão em 2013, o que justifica o crescimento do mercado de trabalho na região.

Enquanto que, na cidade de Imperatriz, na região nordeste e em nível do Brasil, o estoque de trabalhadores se manteve em constante alta, o estado do Maranhão esteve em maior ascendência no ano de 2010, porém com equivalência de trabalhadores, quando em 2008 representa 10,6%, e 8,6% no ano de 2013, em relação ao número da região nordeste.

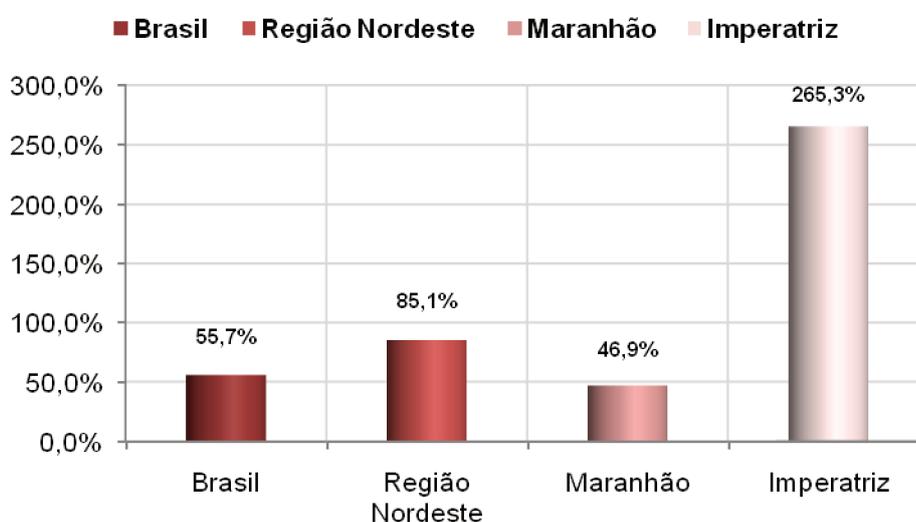


Gráfico 11 – Taxa geométrica da evolução de empregos na construção civil em Imperatriz, Estado do Maranhão, região nordeste e Brasil- 2008 a 2013. Em (%).

Elaboração: Adaptado pela autora

De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados no período de 2008 a 2013 foram gerados 6.279 postos formais de trabalho (com carteira assinada) no estado, o que correspondeu a um aumento de 1,55%. Obteve em 2010, maior número de crescimento e foi o quarto melhor resultado da região Nordeste em números absolutos.

4.4.1 Características dos profissionais de trabalho na construção civil

As características dos profissionais que atuam no mercado de trabalho da construção civil, os impactos do mercado sobre o segmento e como estão distribuídos, devem-se levar em consideração as variáveis seguintes:

- I) Remuneração média;
- II) Formalização da mão de obra e grau de instrução;
- III) Faixa etária e gênero;
- IV) Tempo de permanência;
- V) Taxa de rotatividade dos operários.

I – Quanto à Remuneração média:

O resultado da formalização na construção civil é visível não somente na disputa por mão de obra, mas também na remuneração do setor, que deve ser classificada por função exercida no segmento.

A remuneração assegurada aos trabalhadores maranhenses no segmento da construção civil pelo sindicato da construção civil no Maranhão, oficializada em dezembro de 2013 a um patamar médio oficial de R\$ 1.018,60 foi comparada a 2008 por R\$ 644,60, conforme tabela 17.

Tabela 17 – Remuneração salarial média no setor construção civil no estado do Maranhão – (2008 - 2013) Em(%).

Ano	Remuneração Oficial (\$)	Varição Salarial (%)
2008	644,60	4,3%
2009	660,00	2,4%
2010	728,20	10,3%
2011	816,20	12,1%
2012	924,00	13,2%
2013	1.018,60	10,2%

Fonte: MTE /CAGED (2013)

Elaboração: Adaptado pela autora

Em 2013, a remuneração oficial representa crescimento real de 10,2% sobre a remuneração média em 2012, e um aumento de 13,2% quando comparada à remuneração de R\$ 924,00. Em 2011 um aumento real de 12,1%, e na comparação de 2011, com 2010, o crescimento foi de 10,3%, e de 2009 para 2008 houve uma retração salarial, levado pela recessão de pós-crise, conforme gráfico 12.



Gráfico 12 – Taxa geométrica da remuneração salarial média na construção civil no estado do Maranhão- 2008 a 2013. Em (%).

Elaboração: Adaptado pela autora

II - Formalização da mão de obra e grau de instrução:

Considerando a escolaridade da mão de obra na construção civil no Maranhão, no período 2008 a 2013, evidencia-se que a concentração dos trabalhadores no decorrer do lapso temporal, ocorreu expressivo crescimento no grupo com nível de escolaridade do ensino médio completo, bem como do ensino fundamental completo e do 6º ao 9º ano do fundamental incompleto, aumentando o percentual anual gradativamente, de acordo a tabela 18.

Se considerarmos todo período exposto, os níveis de escolaridade se mantiveram estável, com destaque para o ano de 2010 que manteve um maior número de trabalhadores no segmento, considerado ano de grande expansão para a construção civil.

Tabela 18 – Estoque de trabalhadores na construção civil, segundo o grau de instrução no Maranhão - período de 2008 a 2013

Maranhão	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Analfabetos	388	675	548	468	497	597
Até 5º ano incompleto	3.379	5.429	6.167	5.675	3.984	3.924
5º ano completo	3.250	2.729	4.171	4.434	3.431	3.997
6º ao 9º ano incompleto	5.878	5.718	8.539	8.799	7.740	7.945
Ensino Fund.completo	8.093	8.144	12.937	9.496	11.424	11.599
Ensino Médio incompleto	3.000	3.276	4.850	6.327	5.400	4.697
Ensino Médio completo	15.522	14.881	24.062	23.975	25.943	23.830
Educ. Sup.incompleto	345	344	467	519	554	610
Educ. Superior completo	933	905	1.600	1.628	1.613	2.696
TOTAIS	40.794	42.115	63.368	61.350	60.609	59.914

Fonte: MTE / RAIS (2013)

Elaboração: Adaptado pela autora

O nível de educação superior completo tem crescido no segmento saindo de 2,5% em 2010 para 4,5% em 2013, o que se deve a aplicação de funções determinantes para o crescimento da construção civil, no Maranhão.

Outro fator como de qualificação, e aplicação tecnológica para investimento na qualidade do produto tem sido requisito exigido quanto ao nível de ensino cada vez maior. Porém, ainda percebe-se grande incidência até o 5º ano do ensino fundamental, os semi-analfabetos e analfabetos.

Os dados do gráfico 13, demonstram que há uma prevalência de trabalhadores com menor escolaridade entre os desligados até o 5º ano incompleto com 16,1% e ao 5º ano completo, com 22,9%.

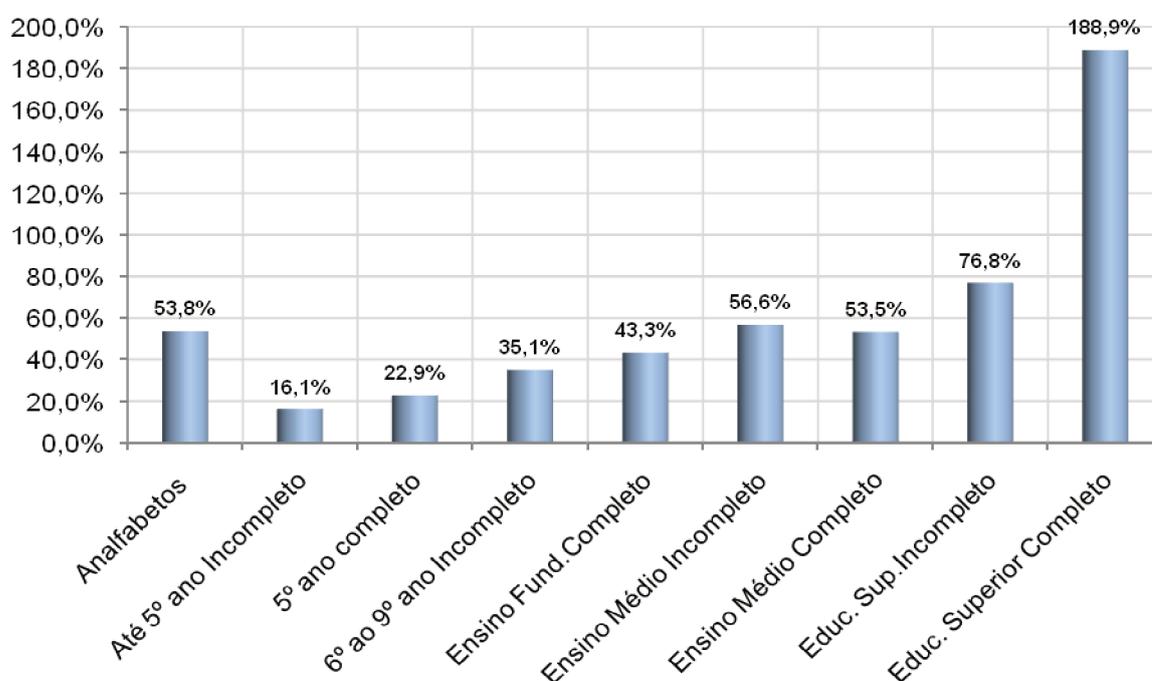


Gráfico 13 – Taxa geométrica da evolução de trabalhadores na construção civil, segundo o grau de instrução no Maranhão (2008 – 2013). Em (%).

Elaboração: Adaptação própria.

Corroborando com isso, o setor de construção civil exerce um papel social importante no desenvolvimento do país, pois emprega grande quantidade de trabalhadores com baixo nível de escolaridade, os quais não seriam empregados em áreas que exigem trabalhadores qualificados e especializados (CBIC, 2002).

Considera-se importante ressaltar que o setor da construção civil, além de intensivo em mão de obra, inclusive não qualificada, tem um forte componente social, além de responder por uma parcela significativa dos investimentos.

III - Faixa Etária e Gênero:

Quanto ao gênero dos empregados celetistas na construção civil, no estado do Maranhão, o gênero masculino representa 55.198 e 4.716 são do gênero feminino, representando quase 8,0% em dezembro de 2013, conforme tabela 19, relatório da RAIS/MTE (2013).

Tabela 19 – Estoque de trabalhadores na construção civil, segundo o Gênero, no Maranhão, Região Nordeste e Brasil – (2008 – 2013)

LOCAL	GENERO%	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Maranhão	Masc	38.831	39.884	59.423	56.766	56.051	55.198
	%	95,1%	94,7%	93,8%	92,5%	92,5%	92,1%
	Fem	1.963	2.231	3.945	4.584	4.558	4.716
	%	4,8%	5,3%	6,2%	7,5%	7,5%	7,9%
	Total	40.794	42.115	63.368	61.350	60.609	59.914
Região nordeste	Masc	351.423	415.250	558.949	617.538	626.805	646.413
	%	92,9%	92,9%	93,0%	93,2%	92,1%	92,4%
	Fem	26.614	31.823	39.356	45.198	53.850	53.203
	%	7,1%	7,1%	6,6%	6,8%	7,9%	7,6%
	Total	378.037	447.073	598.305	662.736	680.655	699.616
Brasil	Masc	1.836.750	2.048.520	2.425.850	2.668.226	2.748.085	2.817.565
	%	92,4%	92,2%	92,1%	91,7%	91,2%	91,1%
	Fem	150.381	172.734	207.824	240.905	267.288	276.588
	%	7,6%	7,8%	7,9%	8,3%	8,9%	8,9%
	Total	1.987.131	2.221.254	2.633.674	2.909.131	3.015.373	3.094.153

Fonte: MTE / RAIS (2013)

Elaboração: Adaptado pela autora

Percebe-se uma igualdade em termos percentuais na região nordeste e Brasil para o crescimento do gênero feminino nos trabalhos executável na construção civil de 2008 a 2013, enquanto que no Estado do Maranhão cresce a quase 10% ao ano, conforme tabela 19.

Certo que ainda é tradicional no mercado maranhense, o setor de construção civil contratar grande quantidade de mão de obra masculina, porém a mão de obra feminina está sendo admitida para atividades que exigem um acabamento em que as mesmas possam ser assim estimuladas e treinadas para as funções.

Enquanto que, em 2008, apenas 4,8% eram o gênero feminino para os 95,2% do gênero masculino atuantes no segmento de construção civil, esse número tornou-se crescente em 2009 para 5,3%, chegando a 7,9% em 2013, com um aumento do gênero refinando acabamento na atividade, conforme demonstra o gráfico 14.

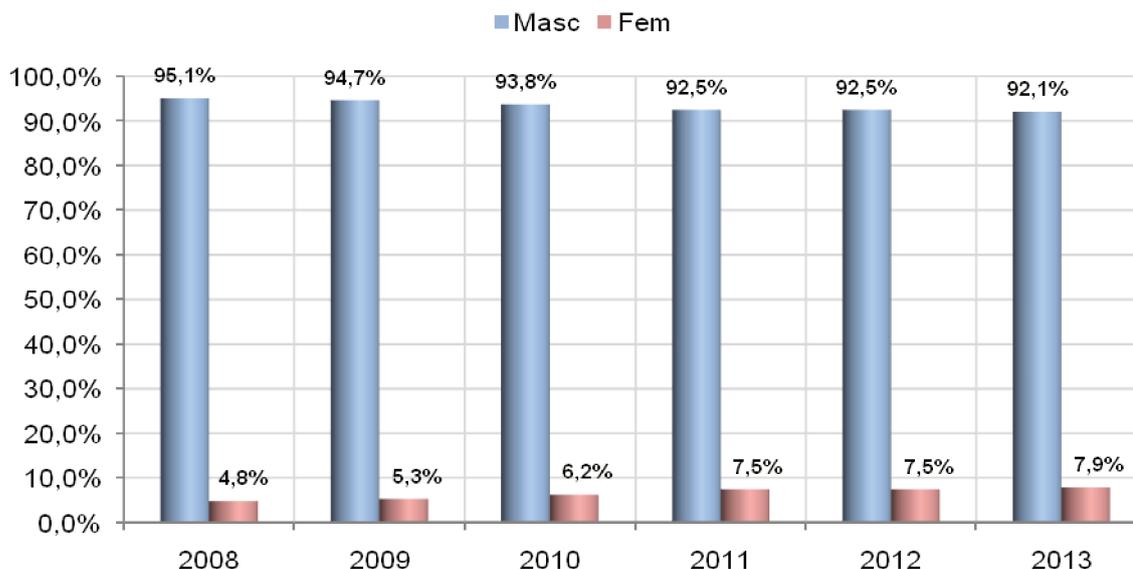


Gráfico 14 – Taxa geométrica do Estoque de trabalhadores na construção civil, segundo o Gênero, no estado do Maranhão – (2008 – 2013) Em: (%).

Elaboração: Adaptação da autora.

IV - Tempo de permanência:

O tempo de permanência característicos do processo produtivo no setor da construção civil, na sua essência é levado pela descontinuidade das atividades do mercado de trabalho. Os trabalhadores da construção civil celebram contratos por obra e, ao término desta, ele é demitido, podendo ser ou não contratado novamente pelo mesmo Cadastro nacional da pessoa jurídica (CNPJ), em outro canteiro de obras.

De forma que, o operário ao encontrar-se afetado para demissão, aquela faixa de menor tempo de permanência no emprego, irá demonstrar que as chances de demissão são maiores do que o trabalhador que tem maior tempo de registro em carteira.

Ao mesmo tempo, percebe-se pela pesquisa do Cunha e Krein (2015), que acima de 70% dos trabalhadores, não possui mais de dois anos de contrato no setor. Em 2013, aproximadamente 76% não alcançavam 24 meses de permanência no emprego e no auge da crise, a participação aproximou-se dos 79%. Por outro lado, vem caindo, sistematicamente ao longo do período, o número de trabalhadores que permanecem acima de sessenta meses no mesmo emprego.

De acordo levantamento pesquisado por Cunha e Krein (2015):

No País, a maior parte dos trabalhadores da construção civil concentra-se em estabelecimentos que possuem acima de 20 e mais de 1000 vínculos empregatícios. Em 2013, de acordo com dados da RAIS, aproximadamente 78% do total, o que significa que somente 22% foram registrados em estabelecimentos que possuíam abaixo de 20 vínculos. Em torno de 15% trabalhavam em estabelecimentos que tinham de 20 a 49 vínculos, mais de 16% estavam em estabelecimentos com mais de 100 e menos de 250 trabalhadores e 14,9% tinham atividade em empresas que possuíam acima de mil vínculos.

A realidade atual revela que, com o crescimento do mercado de trabalho, desaparece o medo do desemprego dentre a população, haja vista a demanda para trabalhadores no segmento. No entanto, as empresas começaram a expandir os benefícios como planos de saúde e auxílio alimentação, que incentivam o trabalhador a permanecer na empresa, na tentativa de redução do índice de rotatividade entre os operários (ASSIS,2005).

V - Taxa de rotatividade

Quanto à rotatividade dos funcionários no segmento da construção civil na cidade de Imperatriz – MA, que pode ser considerada como sendo a diferença entre o número de profissionais que entram e que sai da mesma empresa, o que pode dificultar no desenvolvimento das metas ou atividades que a empresa tem a cumprir.

Segundo Cintra e Pedroso (2010, p.60):

a estabilidade do profissional na empresa pode ser considerada como sendo a manutenção do mesmo no desenvolvimento de suas atividades, ao passo que rotatividade de pessoal seria os desligamentos do profissional da execução das atividades.

A rotação de funcionários é considerada um problema para muitas organizações, especialmente no que se refere às reposições de pessoal, os custos são grandes para o empregador que investiu em treinamentos para os trabalhadores, pois o investimento acaba não tendo resultado com a constante troca de trabalhadores.

A freqüência com que ocorre a substituição não planejada da força de trabalho acarreta sérias conseqüências para as organizações, pelos prejuízos, não só de bases monetárias, referentes a própria diminuição da produção, mas também no tempo que se despenderá para recrutar, selecionar e treinar um novo elemento (ARANTES, 2011).

A taxa de rotatividade, que tem o significado “*turnover*”, revela o valor percentual de colaboradores que passam pela empresa em relação ao número médio de funcionários totais. Dessa forma, a rotatividade global é a média dos indicadores de entrada e de saída. (ASSIS, 2005, p. 49)

A fórmula sugerida por Assis (2005, p.49) para indicar o grau de rotatividade é a seguinte:

$$\text{Rotatividade global} = \frac{\text{N}^{\circ} \text{ de admissões (no mês)} + \text{N}^{\circ} \text{ de demissões (no mês)}}{2} \div \frac{\text{N}^{\circ} \text{ de empregados (no mês anterior)}}{\text{N}^{\circ} \text{ de empregados (no mês anterior)}} \times 100$$

Assis, (2005, p. 50) ainda ressalta que:

A perda de pessoas significa perda de conhecimento, de capital intelectual, de inteligência, de entendimento e de domínio dos processos, perda de conexões com o cliente, de mercado e de negócios [...] alto turnover é sinônimo de perda de produtividade, de lucratividade e de saúde organizacional. Impactada na motivação das pessoas, no comprometimento, que acaba gerando ainda mais absenteísmo – improdutividade, mais rotatividade, interferindo na credibilidade junto aos clientes, uma “bola de neve” potencializando seus concorrentes.

As causas para esse fator na construção civil em Imperatriz são levadas, primeiramente pela expansão repentina do segmento com carência de contingente humano, que se fez necessário o processo migratório, e com isso a curta duração do tempo de permanência dos operários na cidade. Prova-se na construção civil, a maior taxa de rotatividade de todos os setores.

Outro fator da rotatividade em patamar elevado, que sempre foi uma característica da construção civil, mesmo sendo o setor considerado gerador de empregos, é a razão para o seu ciclo produtivo, composto de diferentes etapas, envolvendo cada uma delas, profissionais com diferentes capacitações.

As demissões de trabalhadores executados por iniciativa das empresas chegam a 87,4% (2013), com base em números da RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Porém quando inclusos fatores alheios à vontade das empresas, como: morte ou demissão voluntária, aposentadoria, a taxa fica ainda maior, alcançando 114,9% em 2013.

Outrossim, situação que revela a flexibilidade contratual que, por sua vez, facilita a rotatividade no mercado de trabalho, é com relação às causas dos desligamentos dos trabalhadores dos seus empregos, isto é, deve-se à iniciativa do

empregador, muitas vezes por necessidade de terceirização das fases do segmento da construção e outra parte vincula-se ao término contratual.

Analisando a rotatividade no mercado de trabalho do perfil do município de Imperatriz - MA, conforme tabela 20, quanto à seção da construção civil, de acordo com dados do MTE, através do CAGED, identifica-se que de 2008 a 2011, a rotatividade operacional foi crescente no mercado por tratar se de um setor que contrata muito, porém é o que mais demite trabalhadores.

Tabela 20 – Rotatividade na construção civil, perfil do município de Imperatriz - MA (2008 - 2013).

Ano	Movimentação Agregada		
	Admissões	Demissões	Varição Absoluta
2008	1.863	1.429	434
2009	2.172	1.850	322
2010	2.787	2.801	-14
2011	3.348	3.105	243
2012	6.801	4.689	2.112
2013	6.805	5.637	1.168

Fonte: MTE /CAGED (2013)

Elaboração: Adaptado pela autora

Em 2012 e 2013, as demissões foram inferiores que as admissões, mantendo um saldo maior no estoque de empregos, conseqüentemente reduzindo a rotatividade e o número de emprego formal dos 2.112 operários em 2012, para 1.168 operários em 2013.

Analisando a rotatividade dos funcionários nas atividades classificadas pelo IBGE no município de Imperatriz – MA, entre 2012 e 2013, vez que se faz necessário renovar a mão de obra para completa execução da produção. Entretanto o segmento da construção civil se mantém no 2º ranking das atividades em 2012 entre os admitidos e demitidos, e em 2013 no 1º ranking, conforme IBGE (2013).

A rotatividade de trabalhadores na construção civil nos anos de 2012 e 2013 cresce entre os setores da economia no município de Imperatriz- MA (admitidos e demitidos), sendo a atividade que mais diminuiu em número do saldo de trabalhadores para todas as atividades do município de Imperatriz- MA, de acordo com o IBGE (2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a indústria da construção civil é de grande importância para o desenvolvimento do país, quer do ponto de vista econômico, que em parte; sua expansão impacta em geração e distribuição da renda, abertura de novos créditos imobiliários, impacto junto aos fornecedores do segmento de construção civil, isenção fiscal e desenvolvimento na sociedade, igualmente, destaca-se pela quantidade de atividades que intervém em seu segmento de produção, gerando consumo de bens e serviços de outros setores, como do ponto de vista social, pela capacidade de absorção da mão de obra e ao poder de reprodução de empregos diretos e indiretos.

Como razões para o desempenho da construção civil no Brasil após 2008, considera-se em grande expansão, os quais levando em consideração o aumento do número de empresas ativas para trabalhar no segmento de uma ou mais pessoas ocupadas, de 57,1 mil em 2008 para 131,8 mil empresas, foram apontados pelos indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, o aumento do emprego formal, (diretos e indiretos), os quais 150,7 mil empregos concentrou-se no setor de construção civil, correspondente a 16,9% dos 887,7 mil empregos em 2013.

Entre outras razões, estão: o crescimento da renda familiar, maior concorrência entre instituições financeiras, maior oferta de crédito imobiliário, redução nas taxas de juros e ao aumento do volume de investimentos públicos e privados por meio dos programas de incentivo como o Programa de Aceleração do Crescimento e o Minha Casa, Minha Vida.(DIEESE, 2013).

Quanto ao desempenho de produção, apontado pelo DIEESE (2013), em 2012 o setor alcançou o melhor desempenho nas últimas décadas, destacando em 64,7% na composição da cadeia produtiva por participação no PIB total da cadeia.

Dessa forma, o desempenho da construção civil na micro região do Tocantins, contribuiu para o crescimento em Imperatriz, essencialmente quanto à habitação para a demanda populacional, atraiu novos empreendimentos refletindo nas atividades comerciais e industriais, varejista e atacadista local, gerando efeitos positivos, e contribuindo ao processo de desenvolvimento regional.

O desenvolvimento no setor após 2008 destacou se economicamente registrando ano a ano o PIB Construção (VABpb) superior ao PIB Brasil, isto é o setor manteve uma taxa de crescimento superior ao nacional, relatou o SINDUSCON

(2012). Esta expansão foi motivada pelo aumento dos investimentos públicos em obras de infraestrutura e em unidades habitacionais, ocasionando um cenário favorável para a construção, a partir do lançamento de dois programas de governo: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I), em 2007, e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), em 2009, ocasionando investimentos em obras de infraestrutura e na construção de edificações residenciais. (DIEESE 2012)

De modo que, o crescimento da construção civil, ocasiona forte movimentação contratual no mercado de trabalho formal – terminou o ano de 2013 com um estoque de 48,9 milhões de vínculos de trabalho no país, e na construção civil 3,09 milhões de saldo de empregos. (DIEESE-Rais, 2013).

Entretanto, quanto ao estoque de empregos na construção civil em Imperatriz, em 2008 registrou saldo absoluto de 1.863; em 2009, saldo de 2.172 com evolução de 16,6%; em 2010 um saldo de 2.787, com crescimento em relação ao ano anterior de 28,3%. Registra em 2011, um saldo de 3.348, com evolução crescente de 20,1%, em 2012 um saldo absoluto de 6.801 apontando uma evolução de pouco mais de 103,0%, em relação ao ano anterior, e registra em 2013, número absoluto de 6.805, equiparado ao ano de 2012. (MTE-Rais 2013)

Dessa forma, o estoque de empregos, no período 2008/2013 evoluiu em 265,2%, na construção civil de Imperatriz, e no estado do Maranhão com saldo absoluto de 40.794 em 2008, em relação aos 59.914 de saldo em 2013, aponta crescimento de 47,0%. Todo esse processo evolutivo permitiu contingência migratória de mão de obra, entretanto marcado por alta rotatividade, evidenciada pelo baixo tempo de permanência do trabalhador ou em seu último posto de emprego, na maioria das vezes provocada pelo distanciamento domiciliar através do processo migratório entre regiões.

No entanto, comparando o crescimento do emprego deste segmento com outras atividades no estado do Maranhão registra-se em 2008, para a construção civil saldo na evolução de 10.150, correspondente a 52,4% do total de 19.344 de todas as outras atividades, em 2009 registra retração de empregos, em 2010 a evolução de emprego na construção fica 12.446, que se atribui 250,% do total de todas as outras atividades, considerado um ano expansivo no setor. Em 2011 e 2012, ocorre retração no setor em relação às demais atividades, e 2013 com um saldo positivo de 776 em relação aos 14.908 de todas as atividades, conforme registrado no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (MTE,2013).

Considera-se que o município de Imperatriz que apresenta certo dinamismo na economia regional, como cidade de média concentração urbana, destaca-se como polo de serviços públicos e privados, inclusive com crescimento do mercado imobiliário, ascensão da atividade de construção e do seu mercado de trabalho na região, demonstrando pleno desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACII - Associação Comercial e Industrial de Imperatriz. **Perfil Imperatriz Maranhão: sócio econômico, história, geografia, demografia, gestão empresarial.** Imperatriz, 2011.

_____. **Mercado imobiliário de Imperatriz continua aquecido.** Jornal ACII.Ed. 26. Ano III. Agosto de 2014.

AIL- Academia Imperatrizense de Letras. **Imperatriz 150 Anos.** Imperatriz: AIL,2007.

ARANTES, Gustavo Henrique T. **Rotatividade de funcionários: uma análise nas empresas de Construção Civil da cidade de Arcos-MG.** Formiga, MG, 2011.

ASSIS, Marcelino Tadeu de. **Indicadores de Gestão de recursos humanos: usando indicadores demográficos, financeiros, e de processos na gestão do capital humano.** Rio de Janeiro, Qualitymark, 2005.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey.** Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **IMPERATRIZ Memória e registro.** Imperatriz: Ética, 1996.

BAZZO, Walter Antônio. PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale. **Introdução à Engenharia – Conceitos, Ferramentas e Comportamentos,** Editora da UFSC: Florianópolis, 2006.

BEZERRA. Márcia M.O.**Formação, sustentação ou implosão de uma bolha imobiliária? A dinâmica de preços no mercado de imóveis de Natal no período 2005 - 2010.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 1 (47), p.167-196, abr. 2013

BRAGA, Paulo. **Série Migração: conceitos e tipos de movimentos migratórios.** Belo Horizonte- MG.2012. Disponível em:<http://geografiaeatualidades.blogspot.com.br/2012/07/serie-migracao-conceitos-e-tipos-de.html>. Acesso em 19.09.2014.

BRASIL.Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - **LEI 4.923/65. Síntese do comportamento do mercado de trabalho formal.** Brasília. Maio, 2013.

_____.**Demanda habitacional no Brasil /** Caixa Econômica Federal. Brasília : CAIXA, 2011.

_____. **Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014.** Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm. Acesso em 18.11.2014.

_____. **Decreto Lei 5.452, de 1º de maio de 1.943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em 15.10.2015

_____.Decreto nº 6.890, de 29.06.2009. **Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006.** Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2009/dec6890.htm>. Acesso em 17.01.2015

_____.Decreto nº 7.542, de 02.08.2011.**Altera o Anexo VIII ao Decreto nº 6.890, de 29 de junho de 2009 , que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados -TIPI.**Disponível em:<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2011/dec7542.htm>. Acesso em 17.01.2015

_____.**Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.Institui o Código Civil.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em 14.10.2015

-----MTE-Ministério do Trabalho e Emprego. **Políticas Públicas e Participação Popular.**2013. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3A.pdf>. Acesso em 17.11.2014.

_____. **NR 18 - Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção.**Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3226A41101323B2D85655895/nr18.pdf>. Acesso em 14.11.2014

_____.**Observatório da Sociedade Civil.**Disponível em <https://observatoriosc.wordpress.com/2014/07/03/entenda-a-nova-lei-que-regula-as-parcerias-entre-oscs-e-organos-publicos/> 2014. Acesso em 02.12.2014.

_____.**PAC 2. Ministério do Planejamento.** Disponível em:<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/estado/ma>. Acesso em 19.11.2014.

_____.**PAC- Programa de Aceleração do Crescimento para o Brasil 2007-2010.** Brasília, Ministério da Fazenda. 2007.

BREITBACH, Áurea Correa de Miranda. **Indústria da Construção Civil – a retomada.** Revista Indicadores Econômicos FEE, v.37, nº2, 2009.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas.** São Paulo: Saraiva, 2002.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos.** 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001

CARDOSO. Wesley. **Construção civil no Brasil.** Disponível em: <http://www.engenhariae.com.br/colunas/construcao-civil-no-brasil/2011>. acesso em 26.01.2014.

CASAROTTO, Rosangela M. **Redes de Empresas na Indústria da Construção Civil: definição de funções e atividades de cooperação.** Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina.Florianópolis, Santa Catarina. 2002.

CASTRO, Gleise. **Momento de ajustes e melhoria das cidades.** Valor setorial construção civil. Ed. Desconhecida. set. 2012.

CAVALCANTI, Rosa Fidélia Vieira. **Uma Investigação sobre Medidas de Desempenho Utilizadas pelas Empresas de Construção, subsetor Edificações, na Região Metropolitana de Recife.** Dissertação de Mestrado do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (UnB, UFPE, UFPB e UFRN). Recife, 2004.

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção. **Importância do setor de construção civil na economia brasileira.** 2012. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/files/textos/027.pdf>>. Acesso em: 30.01.2015.

_____. **Projeto Inovação Tecnológica na Construção.** NGI –Núcleo de Gestão e Inovação.2008.Relatório: Brasília, 2008.

_____. **Retrospectiva da Economia Nacional e do Setor da Construção Civil em 2003.** Belo Horizonte. Disponível em :<<http://www.cbicdados.com.br/files/textos/009.pdf>>. Acesso em: 13.09.2014.

-----**FGTS-Financiamento Habitacional.** Disponível em:<http://www.cbicdados.com.br/menu/financiamento-habitacional/fgts>.2014. Acesso em 20.10.2015.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

CINTRA, Gisele Amaral; PEDROSO, Reginaldo. **Rotatividade de Pessoal: Um Estudo de Caso em uma Empresa no Ramo de Construção Civil.** Revista Olhar Científico – Faculdades Associadas de Ariquemes – V. 01, n.2, Ago./Dez. 2010.

COSTA, Alejandro A. **A crise no Brasil: a construção civil em xeque.**2015. Disponível em <http://www.diarioliberalidade.org/brasil/resenhas/56649-a-crise-no-brasil-aconstru%C3%A7%C3%A3o-civil-em-xeque.html>. Acesso em 20.07.2015.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?.** São Paulo: Cortez, 2004.

CUNHA, Sebastião F.;KREIN, José Dari. **Condicionantes Estruturais do Mercado de Trabalho Brasileiro e o Perfil do Trabalhador da Construção Civil.** XIV Encontro Nacional da ABET. Campinas. 2015.

DECCA, Aldemira Gonçalves M. de. **Indústria, Trabalho e Cotidiano: Brasil 1880 a 1930.** São Paulo: Atual, 1991.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Estudo setorial da Construção 2012.** Estudos e Pesquisas, nº 65.São Paulo.2013.

_____. **Mercado de Trabalho Formal Brasileiro.**Nota Técnica nº140.Set.2014.

FERREIRA, Amélia R.; THEÓPHILO, Carlos R. **Contabilidade da Construção Civil: estudo sobre as formas de mensuração e reconhecimento de resultados**. Revista de Informação Contábil, RIC, UFPE, vol. 1, nº 1, set. 2007.

FINANCIAMENTO habitacional. In: CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. **Banco de dados**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/menu/financiamentohabitacional/>>. Acesso em: 27.12.2014.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

FUJIMOTO, Aparecido; PAULON, Vladimir Antônio. **Formação e Treinamento de trabalhadores da construção civil: qualificação profissional**. Unicamp. 2014.

GALVAN, Claudia Terezinha Gagliotto. **Estudo bibliográfico sobre o processo de industrialização, a urbanização e o desenvolvimento da habitação no Brasil**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. PR. 2012.

GARCIA, Fernando; DIAS, Edney Cielici. **O Perfil do trabalhador da construção paulista**. Revista Conjuntura da Construção. Sinduscon-SP. Ano IX, nº 02, junho/2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMEZ, Carlos Minayo. **A Construção do Socioambiente Insustentável**. Inf. Epidemiol. Sus, Brasília, v. 11, n. 3, set. 2002.

GOMEZ, Carlos Minayo; LACAZ, Francisco Antonio de Castro. **Saúde do trabalhador: novas-velhas questões**. Rio de Janeiro. Revista Ciência e Saúde Coletiva, v. 10, n. 4, 2005.

GONZÁLEZ, Marco Aurélio Stumpf. **A formação do valor dos aluguéis de apartamentos residenciais na cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre, 1993. Disponível em: <<http://www.exatec.unisinos.br/~gonzalez/Gonzalez-MSA.pdf>>. Acesso em 23.01.2015.

HIRSCHAMAN, A. **A transmissão inter-regional e internacional de crescimento econômico**. In: Schwartz-man, J. **Economia regional**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

HOGAN, Daniel Joseph. **Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro**. Campinas: Núcleo de Estudos de População- Nepo. Unicamp, 2007.

IBRAFI – INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS FINANCEIROS E IMOBILIÁRIOS. **Cresce a participação de fontes alternativas de recursos como FGTS Cri e Lci na origem do financiamento imobiliário**. Revista Construção e Mercado. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.ibrafi.org.br/2014/09/>. Acesso em 08.02.2015.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Maranhão>Imperatriz**.Disponível em:<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=210530&search=maranhão/imperatriz.2013>.Acesso em 12.09. 2014.

_____.**Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**.Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa/tab_Brasil_UF.pdf.2012. Acesso em 18.09.2014.

_____.**PESQUISA anual da indústria da construção: Manual do técnico de pesquisas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

_____.**Pesquisa Anual da Indústria da Construção – PAIC/2012**. Vol.22.Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.cbicdados.com.br/menu/estudos-especificos-da-construcao-civil/pesquisa-anual-da-industria-da-construcao-paicibge>. IBGE.2014.Acesso em 16.01.2015.

_____.**Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes out./dez. 2012**. Rio de Janeiro.Disponível em:<http://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-volval_201204caderno.pdf>.IBGE, 2013. Acesso em: dez. 2014.

IMESC- INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Nota de Conjuntura Econômica do Maranhão**- Junho/Julho de 2013. Disponível em:http://www.imesc.ma.gov.br/docs/nota_conjuntura20130802.pdf. Acesso em 12.09.2014.

_____.**Produto Interno Bruto dos municípios do Estado do Maranhão - Período:2008 a 2012**. Disponível em: http://www.imesc.ma.gov.br/temp/docs/pib_municipios_ma_2012.pdf.Acesso em 07.10.2015.

IMPERATRIZ. ACII - Associação Comercial e Industrial de Imperatriz. **Perfil Imperatriz Maranhão**: sócio economia, história, geografia, demografia, gestão empresarial. Imperatriz, 2011.

IRIART, Jorge Alberto Bernstein.**Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil**. Rio de Janeiro.Revista Ciência e saúde coletiva [online], v. 13, n. 1, 2008.

KIRCHNER, Rosane Maria. **Análise das características de trabalhadores da construção civil no sul do Brasil, no período de 2002 a 2008**.Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v.20, n.1, p.47-58, jan./abr.2011.

KROTH, Darlan Christiano. **Caderno de Informações Socioeconômicas do Município de Chapecó**. Chapecó: Uno Chapecó, Santa Catarina.2006.

KYT, Gilson de Sousa. **Perfil Imperatriz Maranhão**. ACII. Imperatriz.2011.

LOPES, Brenner. AMARAL, Jefferson Ney. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Sebrae: BH/ Minas Gerais, 2008.

NEGREIROS, S. **A história de um jornalista despretensioso: fatos que marcaram a história de Imperatriz.** Imperatriz: Ética, 1996.

NOLETO, Agostinho Soares. **Aspectos históricos e econômicos de Imperatriz.** Ética Ed. Imperatriz-MA. 2002

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica.** 2 Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig, 2002.

OJIMA, Ricardo. GOLDEMBERG, José. HOGAN, Daniel Joseph. MARANDOLA, Eduardo Jr. **População e Ambiente: desafios à sustentabilidade.**.(Coord.) Goldemberg.José.vol.1. São Paulo:Blucher,2010.

OJIMA. Ricardo. **Urbanização, dinâmica migratória e sustentabilidade no semiárido nordestino: o papel das cidades no processo de adaptação ambiental.** Cad. Metrop. São Paulo, v.5, nº.29, jan/jun.2013.

_____.**Minha vida é andar por esse País...A emigração recente no semiárido setentrional, políticas sociais e meio ambiente.**REMHU – Rev.Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXII, n. 43, jul/dez. 2014.

PELLISSARI, Neiva. Teresinha. **Alfabetizar e qualificar o orelha-seca e o meia-colher: um desafio político pedagógico para a construção civil.** 2006. 123 f. (Dissertação) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. **A Assistência na Perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil.** Brasília: Thesaurus, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ. **História e Dados Geográficos de Imperatriz.** Disponível em: <http://www.imperatriz.ma.gov.br/cidade/2011>.

POLATO, Amanda. **Os fluxos migratórios no Brasil.** São Paulo: Abril.2013. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/geografia/pratica-pedagogica/gente-chega-gente-sai-488822.shtml>.Acesso em 19.09.2014.

REZENDE, Isabelle Carlos Campos. **Análise comparativa das normas contábeis brasileiras, norte-americanas e internacionais aplicáveis ao setor de construção civil: um estudo de caso numa empresa do estado da Paraíba.** Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)-Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós- Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília/UFPB/UFRN, João Pessoa, 2009.

RIBEIRO.Jeferson.**Governo gastará R\$ 34 bilhões com plano de habitação.**Disponível em : http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/html.Brasília.2009.Acesso em 19.05.2014.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos.** In: RUA, Maria das Graças; VALADÃO, Maria Izabel. **O Estudo da Política: Temas Selecionados.** Brasília: Paralelo 15, 1998.

SANTOS, André Medeiros.; ROSSI, Giovana Figueiredo; TOYOSHIMA, Silvia Harumi; EVANGELISTA, Wemerton Luís. **Impactos comparativos do setor da construção civil sobre o emprego no Brasil: 2002-2009**. Revista de C.Humanas. Viçosa-MG.v.II.jan/jun.2011.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 6. Ed. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2004.

SANTOS. Edgar Oliveira. **Características e Perspectivas de Imperatriz Como Cidade-pólo do Sul do Maranhão**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 39, nº 3, jul-set. 2008.

SANTOS, Elinaldo Leal. BRAGA, Vítor. SANTOS, Reginaldo Souza. BRAGA, Alexandra Maria da Silva. **Desenvolvimento: um conceito multidimensional**. Revista eletrônica Desenvolvimento Regional em debate. Ano 2, n. 1, jul. 2012.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Empresas. **Cenário e oportunidades na construção civil**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/uf/espírito-santo/areas-de-atuacao/industria/construcao-civil/cenario-e-oportunidades-naconstrucaocivil/BIA>. Acesso em: 01.02.2014.

_____. **O setor da construção civil após a crise internacional. 2011**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/setor/construcao-civil/integra_bia/ident_único/13520>. Acesso em: 01/02/2014.

SINDUSCON. **Conjuntura da Construção: Evolução do perfil do trabalhador no estado de São Paulo (2001-2011)**. Ano IX, nº 2, Junho 2011.

SILVA, Hildeberto. **Imperatriz comemora aniversário com economia do setor imobiliário aquecida**. Disponível em: <http://www.aracatibrasil.com.br/portal/imperatriz-comemora-aniversario-com-economia-do-setor-imobiliario-aquecida>. Acesso em 15.02.2015.

SILVA, Roberto Carlos E. de Oliveira da. ET. AL. **As transformações do mercado imobiliário brasileiro nos anos 2000 – Uma análise do ponto de vista legal e econômico**. Revista da Ciência da Administração versão eletrônica. v.6, Ago. - Dez. 2012.

SILVA, Paul Bruno Bezerra da **Imperatriz, do surgimento à grande potência econômica da região sul maranhense**. Artigo TCC-Ciências Econômicas pela Faculdade de Imperatriz – FACIMP. 2011.

SIMÃO. Paulo Safady. **Perspectivas da indústria da construção civil**. Disponível em <http://www.abrafati.com.br/wp-content/uploads/2013/08/perspectivas-da-industria-da-construcao-civil.pdf>. Acesso em 12.01.2015.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento: significado e estratégia**. Secretaria Nacional de Economia Solidária: MTE. Brasília. 2004.

STEBPAN, Adriana Isabel Backes. **Investigação das práticas de contabilidade nas empresas de construção civil da cidade de Natal –RN**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2006.

TAVARES, Denisia Araujo Chagas. **Construção civil e mercado de trabalho: uma análise socioeconômica no nordeste em Aracaju- SE**. Revista da Fapese, v. 3, n.2, p. 101-116, jul/dez. 2007.

TEIXEIRA, PR. **Políticas públicas em AIDS**. In: Parker R, organizador. **Políticas, instituições e Aids: enfrentando a epidemia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar; 1997.

THEODOULOU, Stella Z.. **A Linguagem contemporânea de Políticas Públicas: um ponto de partida**. In: THEODOULOU, Stella Z; CAHN, Matthew A. (Org.). **Políticas Públicas: As leituras essenciais**. New Jersey: Prentice Hall, cap. 1, 1995.

VEDROSSI, Alessandro Olzon. **A Securitização de recebíveis imobiliários: uma alternativa de aporte de capitais para empreendimentos residenciais no Brasil**. Dissertação de mestrado. Politécnica Universidade de São Paulo. 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

VIEIRA. Edson Trajano; SANTOS. Moacir José dos,. **As ferramentas quantitativas e qualitativas na análise histórica do desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba de 1970-2000**. Diálogos (Maringá. Online), v. 17, n.1, jan.-abr./2013.

ZOCKUN, M.H.; CHAHAD, J.P.Z. **A terceirização do trabalho no Brasil: um estudo de caso**. In: CHAHAD, J.P.Z.; CACCIAMALI, M.C. (Orgs.). *Mercado de trabalho no Brasil: novas práticas trabalhistas, negociações coletivas, e direitos fundamentais no trabalho*. São Paulo: Editora LTr, 2003.